

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
Luciana da Luz Rodrigues

**EDUCAÇÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL: um
estudo aplicado no Instituto de Ensino Superior do
Sul do Maranhão IESMA/UNISULMA**

Taubaté – SP

2016

Luciana da Luz Rodrigues

**EDUCAÇÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL: um
estudo aplicado no Instituto de Ensino Superior do
Sul do Maranhão IESMA/UNISULMA**

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-Graduação em Administração do Departamento de Economia, Contabilidade e Administração da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Edson Aparecida de Araujo Querido Oliveira

Coorientadora: Profa. Dra. Marcela Barbosa de Moraes

Taubaté – SP

2016

LUCIANA DA LUZ RODRIGUES

EDUCAÇÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL: um estudo aplicado no Instituto de Ensino Superior do Sul do Maranhão IESMA/UNISULMA

Dissertação apresentada para obtenção do título de mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-Graduação em Administração do Departamento de Economia, Contabilidade e Administração da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional.

Data: _____

Resultado: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Edson Aparecida de Araujo Querido Oliveira Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Profa. Dra. Marcela Barbosa de Moraes Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Profa. Dra. Monica Franchi Carniello Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Profa. Dra. Benedita Hirene de França Heringer FATEC/Cruzeiro

Assinatura _____

Prof. Dr. Antonio Lobosco Universidade Nove de Julho

Assinatura _____

Profa. Dra. Quesia Postigo Kamimura Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Aos meus amados filhos, pais,
irmãos e amigos, pelo incentivo e
pela confiança em mim depositada.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me escolher de uma maneira muito especial para viver tantos momentos lindos, difíceis, desafiadores, desanimadores, empolgantes e decisivos, como a realização deste importante trabalho. À Nossa Senhora Mãe de Jesus e nossa mãe Maria, pela proteção.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Edson Aparecida de Araujo Querido Oliveira, pela competência e dedicação.

À coorientadora, Profa. Dra. Marcela Barbosa de Moraes, pela preciosa contribuição.

Ao Prof. Dr. José Luís Gomes da Silva, que com sua dedicação sempre solucionou, na medida do possível, nossas inquietações.

Aos professores, pela paciência e pela confiança em mim depositada. Agradeço por contribuírem de uma maneira muito especial com meu crescimento intelectual e profissional.

À secretária da Unitau, Alda Aparecida dos Santos, que acompanhou com todo empenho e dedicação nossa turma.

A todos que colaboraram de forma direta e indireta na elaboração deste trabalho.

A educação é um processo social, é desenvolvimento. Não é a preparação para a vida, é a própria vida.

John Dewey

RESUMO

O cenário nas empresas vem mudando, gradativamente, em razão das transformações sociais, econômicas e culturais apontadas no ambiente educacional pelo processo ensino-aprendizagem. Nesse contexto, a temática deste estudo versa sobre a responsabilidade social e as instituições de ensino superior particulares da cidade de Imperatriz (MA). Essas instituições desenvolvem atividades de extensão universitária, buscando atender às necessidades da comunidade frente às políticas públicas, estabelecendo uma relação com o ensino principalmente no sentido de oferecer ações ao seu entorno, em prol do desenvolvimento social. A proposta foi estudar os projetos e programas de extensão desenvolvidos e implantados pelo Instituto de Ensino Superior do Sul do Maranhão, IESMA/UNISULMA, face aos parâmetros do Plano Nacional de Extensão (2011/2020) como indicativos de responsabilidade social, pois historicamente, a extensão universitária é considerada uma atividade de menor valor acadêmico, apesar de conquistas legais no sentido de equiparação com as áreas de ensino e pesquisa. Diante dessa constatação, propôs-se, nesta pesquisa, avaliar a opinião dos graduandos que participam da Extensão Universitária em relação à relevância dessa atividade acadêmica na sua formação, ou seja, verificar se ela contribui, de fato, para sua formação. Apresenta, também, um estudo analítico sobre a importância das teorias aplicadas em sala de aula com as práticas dos acadêmicos na elaboração, desenvolvimento e execução de atividades de extensão, promovendo o desenvolvimento mútuo com a sociedade. O objetivo deste trabalho é identificar e comparar os projetos desenvolvidos pela Instituição de Ensino Superior (IES) com as diretrizes do PNExt, apontando os possíveis indicativos de responsabilidade social apresentados em suas atividades sociais. A pesquisa, quantitativa, tem caráter descritivo, documental, com estudo de campo. O instrumento utilizado na coleta de dados é o questionário, direcionado para discentes e docentes da IESMA/UNISULMA, que possibilitou verificar os trabalhos realizados na cidade referentes ao tema exposto, além de fornecer informações acerca de duas importantes variáveis: a satisfação e o conhecimento dos entrevistados em relação aos projetos de responsabilidade social. Os resultados obtidos mostram a importância do papel social das instituições de ensino superior. Compreende as mudanças, oportunidades e desenvolvimento gerados com a implantação de projetos de cunho social, executados por atividades de responsabilidade social que proporcionam um elo entre universidade e sociedade, interna e externamente.

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional. Instituições de Ensino Superior. Extensão Universitária. Responsabilidade Social.

ABSTRACT

EDUCATION AND SOCIAL RESPONSIBILITY: an applied study at the Institute of Higher Education South of Maranhão - IESMA / UNISULMA.

The scenario in companies has been changing gradually, because of social, economic and cultural transformations outlined in the educational environment for teaching-learning process. In this context, the theme of this study deals with social responsibility and private higher education institutions in the city of Imperatriz (MA). These institutions of university extension activities, seeking to meet the front community needs public policies, establishing a relationship with the teaching mainly towards offering shares to its surroundings, in favor of social development. The proposal was to study the projects and developed outreach programs and implemented by the Institute of Higher Education South of Maranhão, IESMA / UNISULMA, given the parameters of the National Extension Plan (2011/2020) as social responsibility indicative because historically, university extension is considered an activity of lesser academic value, although legal achievements towards assimilation with the areas of teaching and research. Given this finding, it is proposed in this research, evaluate the opinion of the students participating in the University Extension on the relevance of this academic activity in their training, that is, verify that it contributes, in fact, for their training. It also presents an analytical study of the importance of the theories applied in the classroom with the practices of scholars in the design, development and implementation of outreach activities, promoting mutual development with society. The objective of this work is to identify and compare the projects developed by the Higher Education Institution (HEI) with pNext guidelines, pointing out the possible social responsibility indicative presented in their social activities. The research, quantitative, has descriptive, documentary character, with field study. The instrument used for data collection is the questionnaire, directed to students and teachers of IESMA / UNISULMA, which enabled us to verify the work carried out in the city concerning the above subject, in addition to providing information about two important variables: the satisfaction and knowledge of interviewed in relation to social responsibility projects. The results show the importance of the social role of higher education institutions. Understand the changes and development opportunities generated by the implementation of social projects, executed by social responsibility activities that provide a link between the university and society, internally and externally.

Keywords: Management. Regional Development. Higher Education Institutions. University Extension. Social Responsibility.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Vetores da responsabilidade social.....	31
Figura 2 – Fluxograma adotado para a realização da pesquisa.....	58
Figura 3 - Localização da cidade de Imperatriz (MA)	65

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Ramais para o entendimento da responsabilidade social	22
Quadro 2 – Responsabilidade social interna e externa	28
Quadro 3 – Quantidade de alunos por curso da IESMA/UNISULMA.....	67
Quadro 4 – Relação de projetos estudados na IESMA/UNISULMA.....	69
Quadro 5 – Comparação dos projetos sociais com as diretrizes do Plano Nacional de Extensão (2011/2020)	70
Quadro 6 - Comparativo de Respostas: similaridades e diferenças – Docentes e Discentes.....	82

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Perfil dos docentes	74
Tabela 2 – Correlação das questões aplicadas aos docentes acerca do conhecimento	75
Tabela 3 – Correlação das questões aplicadas aos docentes acerca da satisfação.	76
Tabela 4 – Perfil dos discentes	77
Tabela 5 – Correlação das questões aplicadas aos discentes acerca do conhecimento.....	79
Tabela 6 – Correlação das questões aplicadas aos discentes quanto à satisfação..	80

LISTA DE ABREVIATURAS

ABMES	Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior
IES	Instituição de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
ITS	Instituto de Tecnologia Social.
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
ONGs	Organizações Não governamentais
OSCIPs	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PNE	Plano Nacional de Extensão
RS	Responsabilidade Social
RSU	Responsabilidade Social nas Universidades
RTS	Rede de Tecnologias Sociais
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
UNISULMA	Unidade de Ensino Superior do Sul do Maranhão
UNITAU	Universidade de Taubaté
PNext	Plano Nacional de Extensão
GUNI	Global University Network for Innovation
CRES	Conferência Regional de Educação Superior

SUMÁRIO

RESUMO.....	6
ABSTRACT	7
LISTA DE QUADROS	9
LISTA DE TABELAS	10
LISTA DE ABREVIATURAS.....	11
1 INTRODUÇÃO	14
1.1 Problema	17
1.2 Objetivos do Estudo.....	17
1.2.1 Objetivo Geral.....	17
1.2.2 Objetivos Específicos.....	17
1.3 Delimitação do Estudo	18
1.4 Relevância do Estudo	19
1.5 Organização do Estudo	20
2 REVISÃO DA LITERATURA.....	21
2.1 Responsabilidade Social.....	21
2.2 Responsabilidade Social Universitária.....	36
2.3 Tecnologia Social no Trabalho	38
2.4 Plano de Extensão Universitária.....	40
2.5 Educação e Desenvolvimento Econômico.....	46
2.6 Educação Superior	48
2.7 Função da Universidade: ensino, pesquisa e extensão.....	53
2.8 O Papel da IES no Desenvolvimento Regional.....	55
3 MÉTODOS DE PESQUISA	58
3.1 Tipo de Pesquisa	59
3.2 Definição da Amostra e Campo de Estudo.....	61
3.3 Instrumentos de Pesquisa	61
3.4 Plano de Análise de Dados.....	62
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	64
4.1 Caracterização da Área de Estudo	64
4.2 Caracterização do Campo de Investigação IESMA/UNISULMA.....	66

4.3	Análise Comparativa entre os Projetos Analisados e as diretrizes do Plano Nacional de Extensão	68
4.4	Tratamento Estatístico	73
4.4.1	Análise dos Dados Quantitativos: perspectiva dos docentes.....	74
4.4.2	Análise dos Dados Quantitativos: perspectiva dos discentes	77
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	83
	REFERÊNCIAS.....	85
	APÊNDICE A – Questionário, Perfil dos Acadêmicos	91
	APÊNDICE B – Questionário, Perfil dos Docentes	92
	APÊNDICE C – Questionário, Perfil dos Docentes e Acadêmicos.....	93
	ANEXO I – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	94
	ANEXO II – Texto Integrante do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)	95
	ANEXO III – Termo de Autorização da Instituição.....	96

1 INTRODUÇÃO

O tema responsabilidade social vem sendo explorado pelos trabalhos que as Instituições de Ensino Superior (IES) procuram desenvolver, deixando em evidência a dinâmica das teorias ministradas nas aulas, na condução de práticas elaboradas pelas instituições de ensino superior, ocupando, assim, um importante espaço no campo acadêmico.

A relevância desse assunto se apresenta nas formas como essas instituições constroem, em seu contexto acadêmico, um espaço para ações voltadas à sociedade, que se tornam indispensáveis no que tange às necessidades de desenvolvimento social da comunidade atendida por essas ações.

Segundo Maia (2007):

de um movimento nascido na Europa do pós-guerra e no contexto da Guerra Fria articulava-se o aparecimento de um movimento como a Responsabilidade Social frente às primeiras correntes econômicas e suas diferenças, na própria obrigação de recuperação dos países devastados pela guerra, movidos na realização de ações sociais, fazendo que a consciência aflorasse nas entidades, dando impulso a uma nova filosofia de gestão (MAIA, 2007, p. 52).

As IES que buscam adotar um comportamento socialmente responsável gozam de mudanças que envolvem a sociedade e também de benefícios direcionados a ela. Nesse sentido, as universidades procuram constantemente a redefinição de seus valores, adequando-os às necessidades vigentes no mercado a partir da implementação de estratégias relacionadas à responsabilidade social, à sustentabilidade e à sua permanência no mercado.

Na visão de Maia (2007), os últimos anos foram marcados por transformações nos contextos econômicos, político e social, tanto em nível de mercado como na sociedade brasileira.

Esse quadro levou a uma redistribuição dos papéis de cada ator social na tentativa de alcançar o bem comum, e a partir daí a sociedade organizada passou a ser responsável pela proteção e defesa dos direitos.

No contexto econômico, a responsabilidade social aparece como diferencial competitivo entre as empresas, uma vez que pode aumentar o potencial econômico, já que a abertura de mercados, privatizações e modernização fizeram com que se alargasse a competição entre elas.

Dessa forma, pode trazer como benefício a diminuição de custos a partir da redução de desperdícios, como energia e água, e economia de recursos ambientais, gerando um ambiente motivador com o aumento da produtividade e criando um ambiente satisfatório entre os empregados e suas famílias.

Para Ogien (1999), a responsabilidade social é:

a capacidade de tomar uma decisão sem recorrer previamente a uma autoridade superior; é o fato de estar na origem de um dano e de suportar-lhe as consequências; obrigação de reparar um erro, de cumprir um encargo, de respeitar um compromisso (OGIEN, 1999, p. 77).

Pressupõe que só se pode ser responsável por aquilo que se pode fazer conscientemente, voluntária e intencionalmente.

Trabalhar a responsabilidade social de forma consciente melhora a imagem no mercado, influenciando positivamente o comportamento dos clientes internos e externos sensíveis às questões sociais e ambientais.

Nesse contexto de práticas sociais, que evidenciam a responsabilidade social das empresas, encontram-se também as IES, que focadas na educação e formação dos indivíduos, tanto em aspectos sociais quanto econômicos, trazem ao conhecimento dos seus discentes os problemas da sociedade em geral e, de forma particular, da sua região ou cidade, para que possam ser criadas soluções viáveis, inovações e responsabilidade com a sociedade.

De acordo com Oliveira (2008), há também certa pressão, por parte do governo, da sociedade civil e dos cidadãos, para que a atuação das instituições seja mais socialmente responsável.

O processo de globalização, especialmente a popularização da tecnologia da informação, permitiu uma rápida internalização da atuação de movimentos da sociedade civil. Atualmente, movimentos de todo o mundo estão organizados em redes, uma maneira muito mais efetiva para as ações.

Assim, mesmo atuando em áreas remotas, a “empresas podem ser afetadas pela ação de redes de movimentos sociais organizados e ter os impactos dessa ação repercutidos em várias partes do mundo em questão de horas” (OLIVEIRA, 2008, p. 9).

O contexto social de atuação das IES tem sofrido modificações em razão de existir uma expectativa de que a sua atuação seja em áreas que não eram anteriormente vistas como de sua responsabilidade.

É preciso que sejam examinadas suas funções nesse contexto de globalização, e, ao mesmo tempo, as responsabilidades específicas de cada instituição em relação ao seu entorno geográfico, cultural e social (DIAS, 2002). Conforme Tachizawa e Andrade (1999, p. 24), “não há IES que sobreviva se as expectativas de seus clientes não forem ouvidas, interpretadas e atendidas”.

Vários são os conceitos e definições de responsabilidade social, porém todos enfatizam a mudança social de modo a influenciar o bem-estar dos colaboradores e da sociedade em geral.

Esse caráter pode ser percebido no conceito proposto por D’Ambrósio (1998), para quem a responsabilidade social é uma iniciativa de participação direta de ações comunitárias em benefício da sociedade, visando minimizar os possíveis danos decorrentes das atividades exercidas.

Consiste não somente no investimento do bem-estar dos clientes internos e externos, no ambiente de trabalho saudável, na promoção de comunicações transparentes, na sinergia com seus parceiros e na garantia da satisfação dos seus clientes e fornecedores, mas também na decisão de participar mais diretamente das ações comunitárias na região em que se encontra, minimizando possíveis danos sociais, como a “erradicação da fome e da miséria” (Art 3º, § IX, PNEExt, 2011-2020).

No sul do Maranhão, mais precisamente às margens do Rio Tocantins, a cidade de Imperatriz, com seus 160 anos de existência, recentemente completados, é considerada a segunda maior do estado do Maranhão, com 247.553 mil habitantes, e ainda o segundo maior centro populacional, econômico, político e cultural do Maranhão.

A cidade de Imperatriz está em um cruzamento entre a cidade de Balsas (MA), Município conhecido pela produção de soja, no sul do Maranhão, a extração de madeira na fronteira com o Pará, a siderúrgica em Açailândia e a agricultura familiar no resto do Estado, com destaque para a produção de arroz e também de futuras potencialidades, como a produção de energia e celulose com a implantação da hidroelétrica de Estreito, Serra Quebrada e da fábrica da Suzano Papel e Celulose, em Imperatriz (FRANKLIN, 2008).

Em 2001, a história de Imperatriz, também conhecida como portal da Amazônia por sua localização estratégica entre Norte e Nordeste do país, teve um avanço cultural e educacional que já era almejado por sua população.

A vinda de instituições do ensino superior da rede privada, já que antes havia somente Instituições da rede pública, estadual e federal, deu suporte não somente a Imperatriz, mas também as cidades circunvizinhas, englobando outros estados, como Pará e Tocantins.

Deve-se evidenciar o estudo dos aspectos que impulsionam as IES a se envolverem cada vez mais em ações que favorecem a comunidade acadêmica e a comunidade local.

1.1 Problema

As instituições de ensino superior, em meio às funções exercidas na sociedade em que se inserem, além da função educacional, têm também o compromisso social, pelo qual é possível estabelecer as práticas dos alunos, lembrando que essas ações beneficiam tanto o ambiente externo e interno como o próprio desenvolvimento, de maneira direta, com projetos sociais.

Diante do exposto surgiu a inquietação de investigar a seguinte questão de pesquisa: como o Instituto de Ensino Superior do sul do Maranhão/Unidade de Ensino Superior do Sul do Maranhão, o IESMA/UNISULMA, promove suas ações e projetos de responsabilidade social frente às diretrizes do Plano Nacional de Extensão Universitária PNext 2011-2020?

1.2 Objetivos do Estudo

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral deste trabalho é estudar os projetos e programas de extensão desenvolvidos e implantados no Instituto de Ensino Superior do Sul do Maranhão, IESMA/UNISULMA, face às diretrizes do Plano Nacional de Extensão 2011-2020 como indicativos de responsabilidade social.

1.2.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos são:

- identificar os projetos de extensão desenvolvidos pelo IESMA/UNISULMA;
- comparar os projetos de extensão desenvolvidos pelo IESMA/UNISULMA com os parâmetros do Plano Nacional de Extensão; e
- descrever os indicativos de responsabilidade social presentes nos projetos de extensão desenvolvidos pelo IESMA/UNISULMA.

1.3 Delimitação do Estudo

O presente trabalho tem como objeto de investigação o Instituto de Ensino Superior do Sul do Maranhão, IESMA/ UNISULMA, localizado na cidade de Imperatriz, sul do estado do Maranhão, à margem direita do rio Tocantins, cortada pela Rodovia Belém – Brasília, situada na divisa do estado do Tocantins.

Há cerca de uma década, mais precisamente no ano de 2004, iniciava a trajetória de sucesso do Instituto de Ensino Superior do Sul do Maranhão, IESMA/UNISULMA, em Imperatriz.

Propagar a informação, o conhecimento e a educação em todos os níveis, com o propósito comum de formar cidadãos éticos e profissionais competentes são os grandes desafios da IESMA/UNISULMA (2013), e para isso:

[...] oferece sete cursos de graduação (Nutrição, Administração, Enfermagem, Serviço Social, Educação Física, Ciências Biológicas e Direito), nas mais diversas áreas do conhecimento humano, todos voltados aos interesses e às necessidades regionais. São mais de dois mil alunos e duzentos colaboradores que integram a Unidade de Ensino Superior do Sul do Maranhão (IESMA/UNISULMA, 2013).

O pioneirismo, uma das principais marcas da UNISULMA, tem se destacado, com a criação de cursos e programas inovadores, que incentivam o crescimento de mercados importantes para economia brasileira, principalmente para as futuras gerações.

Escolhida dentre cinco instituições particulares de ensino superior existentes na cidade em razão da diversidade de cursos e de um maior número de projetos voltados à responsabilidade social em diferentes áreas, atingindo as necessidades mais emergentes da sociedade em que está inserida.

O papel primordial das instituições de ensino superior é oferecer ferramentas e ações didáticas capazes de impulsionar o crescimento intelectual dos indivíduos. As instituições têm como base o tripé: ensino, pesquisa e extensão.

A atividade social fica inserida em suas práticas acadêmicas, podendo oportunizar seus acadêmicos à participação em atividades extraclasse, quebrando paradigmas, oferecendo a prática do conteúdo aplicado em sala de aula e a doação de seus conhecimentos às comunidades interna e externa.

1.4 Relevância do Estudo

O homem é um ser formado a partir da articulação de diferentes dimensões: humana, técnica, político-social e ética. É capaz de agir com liberdade e consciência, e assim transforma a si e ao meio em que vive.

No atual contexto histórico, a educação deixou de ter um caráter unicamente teórico e pedagógico e a maioria das instituições de ensino procura construir valores para transformar pessoas em cidadãos críticos, participativos, civilizados e éticos. Não basta formar profissionais, a ideia justamente é fornecer elementos para que cada um se torne um cidadão atuante.

Os problemas da sociedade, portanto, dizem respeito também às instituições de ensino superior, que formam cidadãos vindo dessa sociedade e que serão disseminadores de conhecimentos e protagonistas de uma sociedade mais justa.

Desse modo, observou-se a necessidade de apresentar teorias que comprovem a importância dessas práticas sociais e, ao mesmo tempo, enfatizar o papel da responsabilidade social e as funções das instituições de ensino superior.

Essas teorias facilitam a verdadeira compreensão, proporcionando uma visão ampla e criativa de novas estratégias que redesenham a ótica do papel social, econômico e tecnológico que essas instituições ocupam diante da comunidade interna e externa da região à qual está inserida.

Diante disso, o presente estudo dos impactos gerados pelas atividades de responsabilidade social permite que os resultados almejados deixem abertura para novas pesquisas.

O estudo permite destacar os trabalhos de responsabilidade social realizados pela Instituição, dando subsídios na elaboração e implantação de novos projetos sociais, de forma a beneficiar o ambiente interno e externo, o que permite desmistificar o paradigma que tudo acontece dentro dos muros da instituição, trabalhando melhor com a prática de ensino, pesquisa e extensão.

1.5 Organização do Estudo

A dissertação está organizada em cinco seções, distribuídas de forma relevante para compreensão do estudo, como segue:

Na primeira seção dá-se a introdução do tema, expondo-se a problemática do estudo, apresentando os objetivos que se pretende alcançar de forma geral, identificando os objetivos específicos esperados, bem como se faz a delimitação do estudo determinando os limites da pesquisa e finalmente oferecendo a relevância encontrada no tema para as Instituições de Ensino Superior.

A segunda seção apresenta a revisão de literatura abordando os temas e informações desenvolvidos no trabalho abonando as bases teóricas que fundamentam o estudo, como os conceitos, classificação, características, tipos, filantropia e ética da Responsabilidade Social, Tecnologia Social do trabalho; Plano de Extensão Universitária, suas diretrizes e sua função frente ao PNExt; o papel da IES no desenvolvimento regional e econômico.

A terceira seção descreve os Métodos de pesquisa, apresentando o tipo de pesquisa, definindo a amostra e o campo de estudo, bem como os instrumentos que foram utilizados na coleta e o plano de análise de dados aplicado.

A quarta seção traz o tratamento e discussão dos resultados, delineando em primeiro plano a caracterização da área de estudo e do campo de investigação onde foi realizado o estudo, além de uma análise comparativa dos projetos de responsabilidade social levantados na IESMA/UNISULMA com as diretrizes do Plano Nacional de Extensão exibindo as estatísticas e as análises dos dados quantitativos dos docentes e discentes, sujeitos da pesquisa.

Finaliza-se o estudo com a quinta seção em que se apresentam as considerações finais, fundamentadas na pesquisa pelas referências e anexos que se exibem logo após esta seção.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Responsabilidade Social

O termo responsabilidade social nada mais é do que o comprometimento do empresário em contribuir para o desenvolvimento econômico, levando a empresa a atuar como agente social no crescimento local. Em relação a esse tema, Tinoco (2001) faz sua contribuição mencionando que:

A responsabilidade social pressupõe o reconhecimento da comunidade e da sociedade como partes interessadas da organização, com necessidades que precisam ser atendidas. Significa, ainda, a responsabilidade pública, ou seja, o cumprimento e a superação das obrigações legais decorrentes das próprias atividades e produtos da organização. É também o exercício de sua consciência moral e cívica, advém da ampla compreensão de seu papel no desenvolvimento da sociedade (TINOCO, 2001, p. 116).

As universidades provocam grandes impactos na sociedade, como, por exemplo, a geração de emprego e as oportunidades oferecidas, ou pelos impostos que pagam e que retornam em bens sociais.

A noção de responsabilidade social empresarial decorre da compreensão de que a ação empresarial deve, necessariamente, trazer benefícios para a sociedade, propiciar a realização profissional dos empregados, e promover benefícios para os parceiros e para o meio ambiente, trazendo retorno para os investidores.

A adoção de uma postura transparente, no que diz respeito aos objetivos e compromissos éticos da empresa, fortalecem e legitimidade social de suas atividades, refletindo positivamente no conjunto de suas relações (MACHADO FILHO, 2006).

Para Pontes (2007), a responsabilidade social vai além dos compromissos compulsórios, devendo propagar a admissão de valores, condutas e procedimentos que levem melhoria à qualidade de vida dos indivíduos e também ao desenvolvimento sustentável da comunidade em que vivem, a fim de garantir a sustentabilidade das gerações futuras em médio e longo prazo.

Esse conceito está incorporado na máxima da IES proposta na Declaração Mundial da Educação Superior (UNESCO, 1999) e assevera que a educação é a chave para o desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, Melo Neto e Froes (1999) afirmam que a responsabilidade social é vista como um compromisso da empresa com relação à sociedade e à humanidade em geral, e uma forma de prestação de contas do seu desempenho, baseado na apropriação e uso de recursos que originalmente não lhe pertencem.

A responsabilidade social pode ser definida como compromisso que uma organização deve ter para com a sociedade, expressa por meio de atos e atitudes que afetam positivamente, de modo amplo, ou alguma comunidade de modo específico, agindo proativamente e coerentemente no que tange ao seu papel específico na sociedade e sua prestação de contas para com ela.

Com o desígnio de melhorar a compreensão sobre responsabilidade social, Gomes e Moretti (2007) ressaltam outras linhas de abordagem que não são muito discutidas, como o caráter estável do comportamento social, apresentando alguns direcionadores que facilitam o entendimento da responsabilidade social.

RAMAIS	AÇÕES - ENCAMINHAMENTOS
Cidadania	<ul style="list-style-type: none"> - O direito de ter direitos. - A cidadania empresarial deriva do papel social que as empresas devem realizar e não dos conceitos clássicos da sociologia. - Trata-se de uma cidadania humana, demasiadamente humana.
Comunidade	<ul style="list-style-type: none"> - Não vamos dar o peixe, vamos ensinar a pescar. - O bem-estar da comunidade e o progresso econômico. - Propiciar o desenvolvimento sustentável. - Critérios de escolha da comunidade a ser contemplada com os projetos sociais.
Sociedade Civil	<ul style="list-style-type: none"> - Causa e consequência do Estado. - Classe de dirigentes, que difunde seus valores e organiza a classe dirigida. - Classe que deseja ser ouvida.
Terceiro Setor	<ul style="list-style-type: none"> - O papel do Terceiro Setor deve ser no mínimo, reorientado, tomar novos rumo aos problemas sociais. - Inclusão social. - Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). - Índice de Desenvolvimento Social (IDS).
Voluntariado	<ul style="list-style-type: none"> - Possibilidade de fortalecimento da sociedade civil. - Voluntário empresarial. - Empresa como responsável pela condição social.
Neoliberalismo	<ul style="list-style-type: none"> - Cabe ao Estado as funções de segurança, saúde, educação, dentre outras ditas de caráter social. - A segurança, saúde e educação estão cada vez mais sendo dirigidas pelo setor privado da economia. - O pensar/pensar e o pensar/fazer são cada vez mais sugados como capital simbólico pela classe dominante.
Hegemonia	<ul style="list-style-type: none"> - Sociedade civil: eufemismo para caracterizar a burguesia. - A cada tempo há um pensamento hegemônico e, por conseguinte, uma visão da realidade da classe que domina. - O controle do capital não incide somente na extração da mais-valia, mas, sobretudo, na adesão das classes à nova ideologia.
Globalização	<ul style="list-style-type: none"> - Globalização é a fase suprema da exploração. - Leis de mercado. - Individualismo exacerbado que permeia nas relações sociais. - Ética na globalização.

Quadro 1 - Ramais para o entendimento da responsabilidade social

Fonte: Adaptado de Gomes e Moretti (2007)

A Organização, nesse sentido, assume obrigações de caráter moral além das estabelecidas em Lei, mesmo que não indiretamente vinculadas às suas atividades, mas que possam contribuir para o desenvolvimento sustentável dos povos (ASHLEY, 2006).

A definição de responsabilidade social é individual, variando entre autores e até mesmo entre os cidadãos. Não pode ser confundida com filantropia, mas é preciso que todos estejam envolvidos de maneira consciente na construção do bem-estar geral.

A responsabilidade social significa algo, mas nem sempre a mesma coisa para todos. Para alguns representa a ideia de responsabilidade ou obrigação legal, para outros o significado transmitido é o de 'responsável por', num modo casual. Muitos simplesmente equiparam-na a uma contribuição caridosa; outros a tomam pelo sentido de socialmente consciente (ASHLEY, 2006).

Diante desse contexto, a responsabilidade social passa a ser um compromisso de cidadãos, sociedade e empresas, fundamentado na ética, com a finalidade de promover o desenvolvimento social, ambiental e econômico, de maneira que venha a melhorar a qualidade de vida atual e futura da sociedade beneficiada pelos projetos.

Paralelamente, o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, fundado em 1998 por iniciativa de um grupo de empresários brasileiros, reúne atualmente centenas de empresas associadas, englobando todos os setores de atividades. Tem por finalidade auxiliar os empresários nacionais na compreensão e incorporação do conceito de responsabilidade social no dia a dia de sua gestão.

Ainda no que tange à responsabilidade social, é importante destacar o conceito que o Instituto Ethos (2005) introduz nas suas atividades:

Responsabilidade Social é uma nova forma de fazer negócios onde a empresa administra suas operações de forma sustentável no âmbito econômico, social e ambiental, reconhecendo os interesses dos distintos públicos com os quais se relaciona, como seus *stakeholders*, considerando o meio ambiente e as gerações futuras (ETHOS, 2005, p. 2).

A responsabilidade social, no entanto, vai além da postura ética da organização, do assistencialismo e ajuda à comunidade. Significa um trabalho de mudança de atitude e comportamento, tendo por consequência a consolidação de uma sociedade economicamente e socialmente mais justa.

Essa consolidação pode ser estabelecida com projetos sociais, como uma prática de comprometimento inserida ao meio (BITTENCOURT; CARRIERI, 2005).

A NBR 16001 (2012) estabelece os requisitos mínimos relativos a um sistema de gestão de responsabilidade social, permitindo que a organização formule e implemente uma política e objetivos que levem em conta seus compromissos com:

- a responsabilização, (*accountability*), a transparência;
- o comportamento ético;
- o respeito pelos interesses das partes interessadas;
- o atendimento aos requisitos legais e outros requisitos subscritos pela organização;
- o respeito às normas internacionais de comportamento;
- o respeito aos direitos humanos; e
- a promoção do desenvolvimento sustentável.

Segundo Melo Neto e Froes (2001), há 14 definições de responsabilidade social, como:

- **atitude e comportamento empresarial ético:** a empresa encara como dever e compromisso ter uma atitude ética, responsável e transparente nas suas mais diversas relações com a sociedade como um todo;
- **conjunto de valores:** é vista como um conjunto de valores que incorpora não somente os conceitos éticos, como tantos outros para lhe dar sustentabilidade;
- **postura estratégica empresarial:** é focada na valorização do negócio da empresa. É encarada como uma ação social estratégica, visando trazer retornos positivos;
- **estratégia de relacionamento:** nesse caso é utilizada como estratégia de *marketing* de relacionamento, visando melhorar a relação com diversos públicos, prioritariamente clientes, fornecedores e distribuidores;
- **estratégia de *marketing* institucional:** a prática da responsabilidade social é voltada para a melhoria da imagem e reputação da empresa. São esses retornos que motivam os investimentos em ações sociais encetadas pela empresa;

- **estratégia de valorização das ações da empresa (agregação de valor):** a reputação de uma empresa influencia o valor de suas ações no mercado;
- **estratégia de recursos humanos:** foca-se nos empregados e dependentes, com o escopo de garantir a sua satisfação e retenção de talentos;
- **estratégia de valorização dos produtos/serviços:** nesse caso a empresa se utiliza da responsabilidade social para conferir aos seus produtos o *status* de socialmente responsável;
- **estratégia social de inserção na comunidade:** é utilizada para aprimorar as relações da empresa com a comunidade e a sociedade onde ela está inserida;
- **estratégia social de desenvolvimento da comunidade:** a empresa socialmente responsável torna-se um agente do desenvolvimento local, juntamente com outras entidades;
- **promotora da cidadania individual e coletiva:** pelas ações a empresa promove a cidadania dos seus empregados e também da comunidade à sua volta;
- **exercício da consciência ecológica:** é vista também como responsabilidade ambiental. A empresa adota práticas e valores ambientalistas e passa a investir em programas educacionais e de preservação do meio ambiente;
- **exercício da capacitação profissional:** é voltada para a capacitação dos funcionários da empresa e também dos membros da comunidade onde ela se encontra; e
- **estratégia de integração social:** a empresa busca criar condições para atingir uma maior e efetiva inclusão social no país.

Diante do exposto, é notório que a responsabilidade social tem um importante papel em qualquer tipo de empresa e está inserida em seus mais diversos setores. Além disso, tem o olhar voltado para as pessoas, sempre centrada nas necessidades primordiais da sociedade, como: alimento, educação, saúde e lazer, entre outros.

Segundo Zarpelon (2006), a responsabilidade social classifica-se em quatro etapas que estão apresentadas de forma mais detalhada a seguir:

- **1ª Quanto ao Ambiente Organizacional:**
 - **Interno:** caracteriza-se pelo pagamento de salários dignos que promovam o acesso à saúde, à alimentação, ao transporte, à moradia, à educação, ao vestuário e lazer, ao zelo pelo bem-estar dos funcionários; a não aprovação do trabalho forçado, escravo ou qualquer outra forma de coerção; e à promoção de um ambiente saudável e agradável de trabalho.
 - **Externo:** é observado pelo desenvolvimento da sociedade, do incremento de empregos e do poder aquisitivo, das políticas favoráveis, da melhoria da qualidade de vida e bem-estar da sociedade, externamente a uma organização. São comuns, nesse contexto, os projetos sociais.
- **2ª Quanto à Formalidade:**
 - **Formal:** caracteriza-se pela formalização documentada das ações tomadas para que se atinjam a gestão e a responsabilidade social, como, por exemplo, a certificação de um sistema de gestão padronizado, projetos sociais, implementação de leis, aplicabilidade e cumprimento da esfera jurídica das leis, além da educação ministrada em gestão e responsabilidade social.
 - **Informal:** caracteriza-se pelo ganho da sociedade, por meio de debates e círculo de informação, entre outras formas que possibilitam a disseminação de informações e de conhecimentos normalmente não planejados estrategicamente, nem documentados formalmente.
- **3ª Quanto à Natureza:**
 - **Pessoa Física:** pessoas que em geral compõem a sociedade, normalmente atuando na informalidade.
 - **Pessoa Jurídica, Corporativa ou Empresarial:** a responsabilidade social corporativa caracteriza-se por empresas ou organizações que estejam imbuídas do comprometimento social em seus valores, sejam institutos, universidades cooperativas, associações, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), Organizações Não-

governamentais (ONGs), com ou sem finalidade lucrativa, fomentando e transferindo desenvolvimento para a sociedade.

- **Pública ou Governamental:** caracteriza-se pela intervenção do Estado por meio de órgãos e repartições, com a responsabilidade de elaboração, execução e fiscalização de leis, além de fomentar e programar projetos sociais.

- **4ª Quanto à Tangibilidade**

- **Tangível:** caracteriza-se pelos fatores mensuráveis, a fim de verificar a evolução da gestão e da responsabilidade social. Todos os fatores tangíveis podem originar indicadores de desempenho, como, por exemplo, incremento de empregos, elevação do poder aquisitivo, grau de escolaridade, expectativa de vida, entre outros fatores mensuráveis em relação a uma sociedade.

- **Intangível:** caracteriza-se por fatores não mensuráveis, intangíveis e subjetivos, que podem evidenciar a evolução da responsabilidade social no meio em que está inserida, como, por exemplo, a mudança da mentalidade da sociedade.

A empresa, seja ela educacional ou não, tem o dever de trabalhar projetos que defendam as necessidades da sociedade, porém as instituições de ensino superior são as mais cobradas, pois do ensino, do conhecimento, nascem as inquietações e a descoberta de suas possibilidades nos mais variados tipos de saberes, surgindo a necessidade de socializar.

De acordo com Melo Neto e Froes (2001), o exercício de empresa cidadã pressupõe a ideia de que irá atuar responsavelmente, tanto no ambiente interno (clientes internos), como no ambiente externo (comunidade, fornecedores, entre outros).

Atuando nessas duas dimensões, a empresa pode exercer sua cidadania empresarial e adquirir o *status* de empresa cidadã. Não é sempre, porém, que ocorre essa atitude de cidadania empresarial e exercício pleno de responsabilidade social. Há casos de empresas que atuam em apenas uma das dimensões.

Costa (2002) afirma que uma empresa cidadã é uma organização que cria um ambiente agradável de trabalho, valorizando seus recursos humanos, e é capaz de

desenvolver um modelo de gestão integrado em que as pessoas têm um papel decisivo no seu compromisso com relação à comunidade e à sociedade em geral.

Trata-se de uma empresa que se organiza e constrói maneiras alternativas de participar, conviver e viver melhor. O título de empresa cidadã, outorgado pela sociedade, pode lhe trazer uma série de benefícios, como explica Ashley (2006, p. 50):

- Fortalecimento da imagem;
- Capacidade de atrair e reter talentos;
- Maior comprometimento e lealdade dos empregados, que passam a se identificar melhor com a empresa;
- Maior aceitação pelos clientes;
- Maior facilidade de acesso a financiamento; e
- Contribuição para sua legitimidade perante o Estado e a sociedade.

O ensino, além de proporcionar maior oportunidade de envolvimento em ações sociais, por pregar a ética profissional como papel indispensável para um profissional de sucesso, tem como princípio também a conscientização do indivíduo da importante parcela que cada um pode oferecer à comunidade, tanto interna como externa, como pode ser observado no Quadro 2.

	RESPONSABILIDADE SOCIAL	
	INTERNA	EXTERNA
Foco	Público Interno (empregados e seus dependentes)	Comunidade
Áreas de atuação	- Educação - Salários e Benefícios - Assistência Médica, Social e Odontológica.	Educação Saúde Assistência Social Ecológica
Instrumentos	Programa de RH Planos de Previdência complementar	Doações Programa de Voluntariado Parcerias Programas e projetos sociais.
Tipos de retorno	Retorno de produtividade Retorno para acionistas	Retorno social, Imagem, publicitário e para acionistas.

Quadro 2 – Responsabilidade social interna e externa
Fonte: Melo Neto e Froes (2001)

O Quadro 2 mostra a diferença do que é proporcionado à comunidade interna e externa com a implantação de ações e projetos de responsabilidade social, ou

seja, o que a comunidade interna ganha e o conhecimento que a comunidade externa absorve com os projetos, além da promoção da imagem da instituição.

Melo Neto e Froes (2001) afirmam que para o público interno o objetivo da empresa é motivar seus empregados e dependentes para um bom desempenho, criar um ambiente agradável de trabalho e contribuir para o seu bem-estar.

Essas ações compreendem os programas de contratação, seleção, treinamento e manutenção de pessoal realizados pelas empresas em benefício de seus empregados, bem como os demais programas de benefícios voltados à participação nos resultados e atendimento aos funcionários.

Algumas empresas estendem a sua rede de ações internas de responsabilidade social aos funcionários de empresas contratadas, terceirizadas, fornecedores e parcerias. Com isso, ganham dedicação, empenho e lealdade.

Já para o público externo, Melo Neto e Froes (2001) afirmam que o foco da empresa vai ao encontro da comunidade e/ou local onde ela está situada. Muitas vezes as empresas participam de campanhas sociais do governo, fazem doações para campanhas, enfim, deixam de ajudar somente sua comunidade.

Essas ações podem ser realizadas com a doação de produtos, equipamentos e materiais em geral, transferência de recursos em regime e parceria para órgãos públicos e ONGs, prestação de serviços voluntários para a comunidade pelos funcionários da empresa, aplicação de recursos em atividades de preservação do meio ambiente, geração de novos empregos, patrocínio de projetos sociais do governo e investimentos diretos em projetos sociais criados pela própria empresa.

O Instituto Ethos conceitua responsabilidade social empresarial como a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona, além do estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para gerações futuras, respeitando a diversidade e buscando reduzir as desigualdades sociais (INSTITUTO ETHOS, 2004).

Nesse contexto, Tenório (2006) acresce que a responsabilidade social incide numa disposição direta de participação nas ações comunitárias da região em que a empresa está presente para minimizar os possíveis impactos ambientais. Isso deve acontecer não por força de regulamentos ou leis, mas por iniciativa própria, para que indivíduos, empresas e IES, simultaneamente, operem socialmente.

Muitas empresas praticam ações sociais como forma de obrigação, portanto não podem ser consideradas sociais, conforme comenta Corrêa e Medeiros (2003) ao afirmarem que a obrigação social corresponde àquilo que a empresa faz pelo social que está previsto em lei, desde o pagamento de impostos até a utilização de filtros nas chaminés de fábricas.

O Instituto Ethos considera a empresa socialmente responsável quando vai além da obrigação de respeitar as leis, pagar impostos e observar as condições adequadas de segurança e saúde para os trabalhadores.

Certo e Peter (1993) acreditam que a responsabilidade social se constitui de atividades projetadas para melhorar a sociedade, além de simplesmente atender aos interesses econômicos e técnicos da organização.

Segundo os autores, esse seria o ponto de vista contemporâneo da responsabilidade social, contrariamente ao ponto de vista clássico, defendido por Megginson *et al* (1998), em que o gestor é apenas um empregado do acionista, e, portanto, vê-se apenas obrigado a contribuir para o lucro da empresa.

Para Melo Neto e Froes (2001) a prática da responsabilidade social possui dois focos diferentes: os projetos sociais e as ações comunitárias. O primeiro refere-se aos empreendimentos voltados para solucionar problemas sociais ou situações de alto risco que afetem populações e grupos sociais numerosos. Esses problemas, se não resolvidos, agravam-se com o tempo. A solução requer medidas de médio e longo prazo.

O segundo corresponde ao auxílio, apoio e participação da empresa com doações, ações de apoio e trabalho voluntário de seus próprios voluntários, em programas e campanhas sociais realizadas por outras entidades comunitárias filantrópicas e pelo governo.

Ashley (2002) apresenta, ainda, os sete vetores da responsabilidade social que direcionam o processo de gestão para o fortalecimento da dimensão social da empresa.

Melo Neto e Froes (2001) definem responsabilidade social como um estágio avançado do exercício da cidadania corporativa. Uma evolução da prática da ação filantrópica. Reflete a ação de uma empresa a favor da cidadania.

As ações de responsabilidade social atendem a todos que fazem parte da sociedade: indivíduos, governo, empresas, grupos sociais, movimentos sociais, instituições religiosas, partidos políticos e outras instituições.

A Figura 1 apresenta os vetores da responsabilidade social.

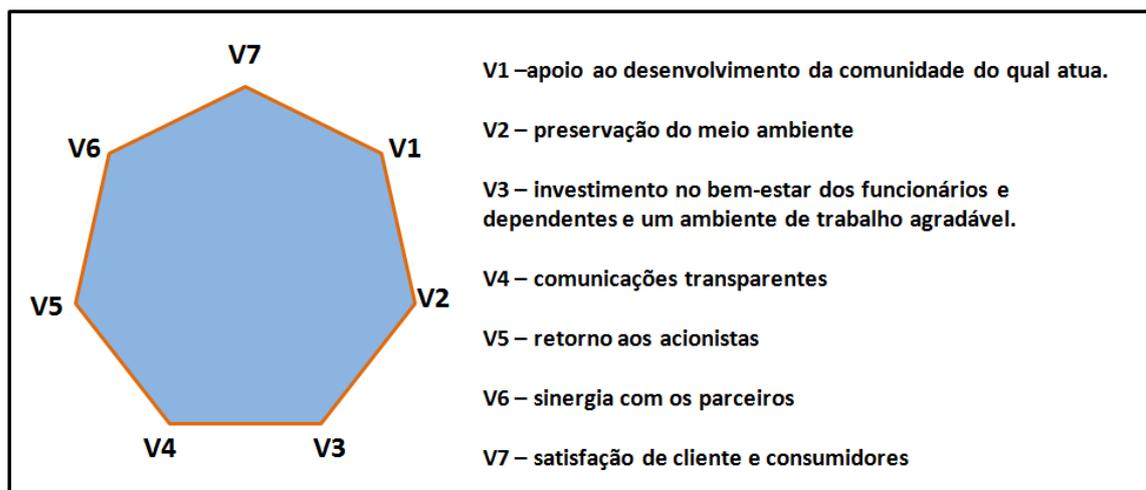


Figura 1 – Vetores da responsabilidade social
 Fonte: Ashley (2002, p.18).

Atualmente, um dos obstáculos para o avanço da responsabilidade social é a confusão, tanto no meio empresarial como no meio acadêmico, entre os conceitos: filantropia, ação social e responsabilidade social empresarial corporativa.

Melo Neto e Froes (2001) explicam que a filantropia é baseada no assistencialismo, no dever moral e na ética daqueles que a praticam. Surge do desejo e da vontade individual em auxiliar pobres, desvalidos, desfavorecidos, miseráveis, excluídos e enfermos.

Já a responsabilidade social é diferente: ela busca o desenvolvimento de toda a sociedade, da cidadania individual e coletiva. Mobilizadora, ela promove a inclusão social e recupera a civilidade.

É uma ação transformadora, de intervenção direta, que busca soluções para os problemas sociais. Além disso, por ser uma ação estratégica, a empresa espera um retorno econômico social, institucional e/ou tributário-fiscal.

De acordo com Maia (2007), filantropia é uma ação de caridade dirigida à comunidade, desvinculada do planejamento estratégico da empresa:

A filantropia difere de responsabilidade social basicamente porque filantropia é uma ação social, seja praticada isoladamente ou sistematicamente, e nada diz sobre a visão da empresa e sobre o planejamento estratégico de sua atuação social. O autor enfatiza o que não é responsabilidade social: ações esporádicas, doações e outros gestos de caridade não vinculados à estratégia empresarial (MAIA, 2007, p. 20).

Diferem também quanto à divulgação, porque a filantropia não se procura em associar a imagem da empresa com a ação social, e nos compromissos de

responsabilidade social existe transparência na atuação da empresa para multiplicar as iniciativas sociais (MOROSINI; ARAUJO, 2002).

Segundo Grajew (2001), o conceito de responsabilidade social está se ampliando, passando de filantropia à relação socialmente compromissada da empresa com a comunidade para abranger todas as relações da empresa: com seus funcionários, clientes, fornecedores, acionistas, concorrentes, meio ambiente e organizações públicas e estatais.

Para Tenório (2006),

a abordagem da atuação social empresarial surgiu no início do século XX, com o filantropismo. Em seguida, com o esgotamento do modelo Industrial e o desenvolvimento da sociedade pós-industrial, o conceito evoluiu, passando a incorporar os anseios sociais no plano de negócios das corporações. Assim além do filantropismo, desenvolveram-se conceitos como voluntariado empresarial, cidadania corporativa, responsabilidade social corporativa e, por último, desenvolvimento sustentável (TENÓRIO, 2006, p. 14).

Francesco e Gold (1998) consideram que a ética é um padrão moral não governado por lei, que focaliza as consequências humanas das ações.

Já para o Instituto Ethos (2001),

a responsabilidade social das empresas tem como principal característica a coerência ética nas práticas e relações com seus diversos públicos, contribuindo para o desenvolvimento contínuo das pessoas, das comunidades e dos relacionamentos entre si e o meio ambiente. Ao adicionar às suas competências básicas a conduta ética e socialmente responsável, as empresas conquistam o respeito das pessoas e das comunidades atingidas por suas atividades, o engajamento de seus colaboradores e a preferência dos consumidores (INSTITUTO ETHOS, 2001, p. 3).

São antigas as críticas referentes ao papel das instituições na sociedade, bem como sua relação com os atores sociais envolvidos no processo. De acordo com Oliveira (2008), na década de 1950 foram desenvolvidos trabalhos referentes às funções econômicas das empresas na sociedade, não se excluindo as IES enquanto empresas, como a maximização dos lucros e a remuneração dos acionistas, porém houve quem não concordasse com isso.

Em 1970, Milton Friedman¹ argumentou que a responsabilidade social consiste em um movimento ligado ao Socialismo, pois as organizações existem por

¹ Economista da Universidade de Chicago, defensor da proposta de responsabilidade empresarial voltada somente para os acionistas.

causa da autorização da sociedade, e se elas usam recursos da sociedade nada mais justo do que ter responsabilidade para com ela.

A partir da década de 1970, o debate acadêmico e a prática ganharam força em razão das diversas abordagens do conceito de responsabilidade social, embora seu estudo não possa ser considerado uma ciência e sim uma área de interesse intermultidisciplinar.

Sob a ótica de Maximiano (2004), existem duas correntes a cerca da responsabilidade: a doutrina da responsabilidade social e a doutrina do interesse do acionista. Esta última tem como representante máximo o economista Milton Friedman, da Universidade de Chicago, defensor da proposta de responsabilidade empresarial voltada somente para os acionistas.

Segundo essa proposta, não é função das empresas solucionarem os problemas sociais, mas sim de pessoas que se preocupam com isso, e, principalmente, do governo.

Um dos principais defensores desse princípio foi Andrew Carnegie, fundador da U. S. Steel e autor da obra 'O Evangelho da Riqueza', publicada em 1899.

Essa publicação aborda a responsabilidade social das grandes empresas, bem como estabelece dois princípios: o da caridade e o do zelo. Ambos adotavam uma visão paternalista, na qual os donos das empresas eram considerados pais dos empregados.

O princípio da caridade pregava que os membros mais abastados deveriam ajudar os menos afortunados com contribuições estipuladas por eles mesmos. O indivíduo tinha por obrigação a caridade, não a empresa.

Conforme Stoner e Freeman (1999), na década de 1920 a Grande Depressão que abalou a sociedade em geral aumentou as necessidades comunitárias, exigindo que as empresas também contribuíssem com as instituições de caridade.

Essa nova situação estava intimamente relacionada ao princípio do zelo, que se baseia na ideia de que as empresas tinham seu dinheiro com a confiança do restante da sociedade e deveriam usá-lo para ações que beneficiassem a sociedade como um todo. Além disso, cabia a elas aumentar a riqueza da sociedade.

Já Oliveira (2008) defende quatro correntes principais de análise dentro das abordagens conceituais para tratar a responsabilidade social: i) ética empresarial; ii) gestão social; iii) recursos ambientais e empresa; e iv) empresas e sociedade.

Tanto Maximiano (2004) quanto Oliveira (2008) concordam que se acaba por convergir no sentido de que as empresas apresentam uma função social que possui atribuições éticas, porém discordam quanto à natureza dessas atribuições e quem será beneficiado com relação à responsabilidade social corporativa (RSC).

No que diz respeito à ética empresarial, é feita uma análise da RSC tendo os conceitos filosóficos da ética como base. Seu caráter é normativo, centrado no estudo dos valores e julgamentos morais subentendidos nas decisões empresariais e suas consequências.

A gestão social tem como finalidade o exame dos aspectos sociais das atividades empresariais desenvolvidas pela empresa, principalmente os investimentos sociais, buscando estudar estratégias de ação social e introdução de questões sociais nessas estratégias. Não se enxerga incompatibilidade entre investimentos sociais e lucratividades das empresas.

Os recursos ambientais e as empresas estudam a relação entre as elas e o meio ambiente, incluindo os atores que defendem seus interesses, tentando entender as consequências ambientais e seus impactos na sociedade das atividades empresariais e as reações de empresas e gestores diante das demandas por mais sustentabilidade no uso dos recursos naturais, medindo o desempenho ambiental das empresas.

Compreende-se a empresa como uma parte da sociedade que precisa agir para buscar legitimidade, estudando como responder às demandas da sociedade e de que maneira esta reage às ações da empresa (OLIVEIRA, 2008).

Conforme Drucker (2002), o sentido da notação da responsabilidade social corporativa vem passando por mudanças radicais desde a década de 1960, quando o advento da responsabilidade social como ferramenta se concentrou em três áreas:

- a questão relativa ao relacionamento entre a ética privada e a pública;
- dava destaque à responsabilidade social do empresário diante de sua pessoa, em virtude de seu poder e riqueza; e
- a responsabilidade social se definiu como a expressão utilizada para afirmar a responsabilidade da liderança do empresário, relativamente à cultura da comunidade.

Nesse sentido, Melo Neto e Froes (2006) ressaltam a importância da missão nas organizações e principalmente nas IES, uma vez que é por meio dela que se

pode identificar o conjunto de atividades utilizadas por uma organização como balizadoras e orientadoras de seu progresso dentro da comunidade em que se insere.

A procura de soluções para os problemas sociais não é um compromisso que uma universidade possa cumprir ou deixar de cumprir: trata-se de uma obrigação, que se não cumprida torna a empresa socialmente irresponsável.

Mesmo que a educação superior no Brasil esteja concentrada nas mãos da iniciativa privada, não se deve confundi-la com uma mercadoria e ser tratada apenas sob a ótica e a ética da empresa.

O objetivo de maximização de lucros não deve ser o primordial, mas sim a eficácia como a missão e o plano estratégico são executados. No ensino superior, os fins pedagógicos não devem prevalecer sobre o interesse do lucro no empreendimento (MELO NETO; FROES, 2006).

O ser ético, antes de agir, procura verificar o que é ético em cada situação, principalmente dentro de uma instituição de ensino superior, que deve estar interligado com a formação de um indivíduo altamente ético.

A transparência em processos administrativos e a voz ativa do trabalhador na organização foram vetores acionados pelos debates ocorridos nos países de origem alemã, na década de 60, quando se pretendeu elevá-los à condição de participantes dos conselhos de administração das organizações.

Esse fato registra uma das primeiras preocupações éticas no âmbito empresarial que se tem conhecimento. “Acredita-se que criar uma cultura que construa um comprometimento entre a firma e seus empregados traz benefícios para ambas as partes” (BARON, 2000, p.562).

O Instituto Ethos (2002) descreve que:

Sobre a ética, escreveu Humberto Eco que o fundamento para o comportamento ético, produto de crescimento milenar, é o reconhecimento do papel das outras pessoas e da necessidade de respeitar nelas aquelas exigências que para nós são inabdicáveis (INSTITUTO ETHOS, 2002, p. 2).

A competência social é expressa pela capacidade de estabelecer relações entre as esferas do saber e social; é a capacidade de compartilhar conhecimentos e aprendizados advindos da experiência de vida cotidiana para o trabalho e vice-versa; refletida na capacidade de criticidade frente à realidade, alicerçada na dimensão ética (FARIAS, 2003).

De acordo com *Business for Social Responsibility* (BRS), principal entidade mundial na área de responsabilidade social, embora não exista definição unanimemente aceita para responsabilidade social corporativa, a expressão se refere, de forma ampla, às decisões de negócios tomadas com base em valores éticos que incorporam as dimensões legais, o respeito pelas pessoas, comunidades e meio ambiente (MACHADO FILHO, 2006).

Conforme cita Ashley (2002), parece lícito afirmar que hoje em dia se requer atenção, por parte das organizações, não só quanto as suas responsabilidades econômicas e legais, mas também quanto à responsabilidade ética, moral e social.

Por isso, as IES, a fim de reforçar as bases do saber e do saber-fazer, ocupam papel fundamental no estabelecimento de novas relações entre política educativa e política de desenvolvimento nos países em causa, estimulando a iniciativa, o trabalho em equipe, as sinergias realistas, tendo em conta seus recursos locais, o autoemprego e o espírito empreendedor.

2.2 Responsabilidade Social Universitária

Ao se pensar na construção de um mundo mais equitativo, a educação exerce papel essencial na formação da cidadania. Quando se fala em responsabilidade social universitária (RSU) é necessário adotar uma atitude ética e socialmente responsável em todas as atividades perante a comunidade, assumindo de fato o seu papel diante das inúmeras demandas sociais.

Nesse contexto, a Educação deve ser apreendida como mola propulsora para tornar o indivíduo mais crítico e consciente, capaz de compreender seu papel na sociedade e atuar efetivamente na perspectiva de transformá-la.

Dentro dessa perspectiva, a RSU é de extrema relevância no sentido de difundir um conjunto de princípios e valores a partir de atividades que integram a tríade ensino-pesquisa-extensão.

Para Vallaey (2006):

A Responsabilidade Social Universitária exige, a partir de uma visão holística, a articulação dos diversos setores da instituição em um projeto de promoção social, de princípios éticos e de desenvolvimento social equitativo e sustentável, com vistas a produção e transmissão de saberes responsáveis e a formação de profissionais cidadãos igualmente responsáveis (VALLAEYS, 2006, p. 39).

Assim, as IES poderão colaborar para o desenvolvimento sustentável da sociedade do seu entorno, formando cidadãos conscientes e especialmente proativos, despertando-lhes características como solidariedade, trabalho em equipe, voluntariedade, liderança e empreendedorismo, que são fundamentais em sua formação acadêmica e profissional.

Considerado o princípio que a desigualdade social é uma realidade da atualidade que parte de vários aspectos, sendo um deles a má distribuição de renda, faz-se necessário que as universidades públicas e privadas atendam as diretrizes do PNExt 2011-2020, conforme seu Art. 3º, por meio de projetos de extensão que consigam, dentro do possível, reverter esse quadro.

Tais projetos desenvolvidos pelas IES devem apresentar resultados positivos na sociedade e demonstrar, ao longo dos anos, que as universidades podem contribuir de fato para o processo de desenvolvimento social.

Com os projetos pode-se verificar efetivamente os benefícios proporcionados à comunidade e, conseqüentemente, maior satisfação daqueles que estão diretamente envolvidos na ação comunitária, resgatando, muitas vezes, a dignidade humana.

Tais iniciativas tendem a estimular a inovação e a criatividade frente aos desafios socioeconômicos das camadas mais desfavorecidas, com pesquisas por projetos e programas sociais que visem beneficiar o bem-estar comum.

Severino (1006) menciona que:

na Universidade, ensino, pesquisa e extensão efetivamente se articulam, mas a partir da pesquisa, ou seja, só se aprende, só se ensina, pesquisando; só se presta serviços à comunidade, se tais serviços nasceram da pesquisa. O professor precisa da prática da pesquisa para ensinar eficazmente; o aluno precisa dela, para aprender eficaz e significativamente; a comunidade precisa da pesquisa, para poder dispor de produtos do conhecimento; e a Universidade precisa da pesquisa, para ser mediadora da educação (SEVERINO, 1996, p. 63).

É notável a importância da realização de atividades de responsabilidade social nas instituições de ensino superior. Esse trabalho estimula e amplia a interação entre universidade e comunidade.

O conhecimento adquirido deve se difundir por meio de projetos e ações sociais, quebrando o paradigma do espaço da sala de aula ou dos laboratórios, encontrando aderência na sociedade e contribuindo para a melhoria da realidade social da região.

Pimenta e Anastasiou (2002, p. 161) entendem a universidade como “instituição educativa cuja finalidade é o permanente exercício da crítica, que se sustenta na pesquisa, no ensino e na extensão”.

Como afirmou Severino (2008, p. 7), “cada um desses ângulos do triângulo exerce um papel próprio, identificável, mas cada um depende do outro para ganhar consistência e fecundidade”.

Para Peruzzo (2003, p. 123), “a responsabilidade da instituição universitária e do educador é preparar para o futuro, para uma sociedade mais humana, igualitária e livre”. É contribuir para o estudante estar com o mundo e não no mundo. É facilitar para que ele possa participar, interferir e transformar a realidade, mais também usufruir das benesses e riquezas construídas socialmente.

Após um estudo sintetizado acerca da responsabilidade social universitária, observa-se a seguir uma subseção que tem como foco a tecnologia social no trabalho, cujo ponto de partida são as necessidades emergentes da sociedade.

2.3 Tecnologia Social no Trabalho

Mais do que criar novas soluções para diferentes problemas, as Tecnologias Sociais podem ser compreendidas como práticas que impulsionam processos de fortalecimento da cidadania.

De acordo com Novaes e Dias (2009) tratar do entendimento da Tecnologia Social (TS) constitui reconhecer a diversidade de fatores que estão intrínsecos na sua construção e desenvolvimento, entre os quais pode-se citar a transformação social, a participação direta da população, o sentido de inclusão social, a melhoria das condições de vida, o atendimento de necessidades sociais, a sustentabilidade socioambiental e econômica, a inovação, a capacidade de atender necessidades sociais específicas, a organização e sistematização da tecnologia, o diálogo entre diferentes saberes (acadêmicos e populares), a acessibilidade e a apropriação das tecnologias, a difusão e ação educativa, a construção da cidadania e de processos democráticos, a busca de soluções coletivas, que são amparados por valores de justiça social, democracia e direitos.

Neste contexto, pode-se afirmar que um dos objetivos da TS é justamente o de reverter a tendência vigente da tecnologia capitalista convencional, já que a TS se contrapõe a esse modelo em função de harmonizar-se a pequenos produtores e

consumidores; não requerer controle capitalista, sendo dirigida para satisfação das necessidades humanas, além de “[...] incentivar o potencial e a criatividade do produtor direto e dos usuários; ser capaz de viabilizar economicamente empreendimentos como cooperativas populares, assentamentos de reforma agrária, a agricultura familiar e pequenas empresas” (NOVAES; DIAS, 2009, p. 19).

Nesta perspectiva, é a partir desses métodos e técnicas, propostas são elaboradas. É uma experiência inovadora, que se baseia na defesa dos interesses da maioria e também em uma melhor distribuição de renda.

Tais características demonstram o quanto a TS está voltada para a “produção coletiva e não mercadológica” e, da mesma forma, está “mais imbricada a realidades locais, de modo que pudesse gerar respostas mais adequadas aos problemas colocados em um determinado contexto” (NOVAES; DIAS, 2009, p. 19).

Acompanhando a linha conceitual sobre TS, é importante frisar que se considera as especificidades das realidades locais e que estão diretamente relacionadas aos processos de organização coletiva e democrática; portanto, acabam concebendo soluções para a superação de diferentes situações problemáticas de vulnerabilidade e exclusão social, incidindo, assim, na melhoria das condições de vida daqueles atores envolvidos.

Considerando os movimentos e iniciativas dos atores sociais que vêm discutindo e disseminando as TS, destaca-se a criação da Rede de Tecnologias Sociais (RTS), e do conceito de que TS são “[...] produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social” (RTS, 2008).

Segundo a RTS (2008):

A promoção de tecnologia social resulta de políticas públicas. É financiada com recursos públicos e tem como função suprir as necessidades da população, priorizando as dimensões humana e social (RTS, 2008, p. 1).

A Tecnologia Social só acontece quando existe um processo de inovação em que o objetivo maior é alcançar conhecimentos favoráveis para atender as dificuldades encontradas no grupo de atores envolvidos.

Essa Tecnologia é entendida como técnicas e métodos preparados na perspectiva de promover uma influência mútua com a sociedade, concebendo melhorias na inclusão social.

Segundo Dagnino (2009), reflete a correlação de forças entre atores ideologicamente distintos envolvidos com a TS, abrangendo desde quem entende a TS como um elemento da responsabilidade social empresarial quanto aqueles que aspiram a construção de uma sociedade socialista

Nesse sentido, o Instituto de Tecnologia Social (ITS) assevera que essas tecnologias harmonizam uma vasta possibilidade de melhorias na qualidade de vidas dos atores envolvidos, possibilitando, assim, avaliar e compreender os resultados desses métodos com iniciativas que acontecem em áreas como: saúde, educação, habitação, educação e outros, correspondendo ao conjunto de técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, representando soluções para a inclusão social e melhoria das condições de vida por meio de seus valores, os quais:

- 01 Inclusão cidadã
- 02 Participação
- 03 Relevância social
- 04 Eficácia e eficiência
- 05 Acessibilidade
- 06 Sustentabilidade (econômica e ambiental)
- 07 Organização e sistematização
- 08 Dimensão pedagógica
- 09 Promoção do bem-estar
- 10 Inovação (ITS, 2007, p. 40)

Na esteira das lições do ITS (2013) têm-se que as tecnologias precisam ser avaliadas por sua eficácia social, além de seus aspectos de ordem ética, envolvendo não apenas a geração de conhecimento mas, sobretudo, a sua difusão e apropriação social, na produção de conhecimentos técnico/científicos e sua apropriação econômica e social; na decodificação, divulgação e difusão dos avanços tecnológicos, para instruir a sociedade, alertando aos cidadãos sobre as suas implicações; na contribuição para o desenvolvimento econômico do país e à melhoria da qualidade de vida da população; na promoção do diálogo do homem com os seus ambientes social e natural para integrá-los de forma mais harmônica.

2.4 Plano de Extensão Universitária

O Plano Nacional de Educação (PNE), Lei 10.172, de 09 de janeiro de 2001, vem consolidar o que foi proposto na atual Carta Magna do Brasil, ampliando a

concepção de universidade, autonomia e sua relação com o princípio da indissolubilidade, fornecendo uma fundamentação mais segura.

Ao discutir e justificar as metas para a educação superior assegura que as “atividades típicas das universidades – ensino, pesquisa e extensão” constituem o “suporte necessário para o desenvolvimento científico, tecnológico e cultural do País”.

De acordo com o PNE (2001)

De acordo com o PNE, as universidades constituem, a partir da reflexão e da pesquisa, o principal instrumento de transmissão da experiência cultural e científica acumulada pela humanidade. Nessas instituições apropria-se o patrimônio do saber humano que deve ser aplicado ao conhecimento e desenvolvimento do País e da sociedade brasileira. A universidade é, simultaneamente, depositária e criadora de conhecimentos. Assim, as universidades, notadamente as públicas, têm um importante papel a desempenhar no sistema, seja na pesquisa básica, na pós-graduação stricto sensu, na extensão, ou como padrão de referência no ensino de graduação (PNE, 2001, p. 1).

Silva (2002) descreve que, o conceito de extensão também se apresenta ligado à função social da universidade, integrando um mecanismo de intervenção nos setores sociais, permitindo o apoio à comunidade no enfrentamento de carências em respostas às suas demandas, integrando, ainda, a universidade ao contexto regional e na realidade social.

Deve promover a troca de saberes com a atividade pedagógica, desenvolvendo uma metodologia de ação social, como se pode perceber nas diretrizes formuladas para o PNExt 2011-2020, no Art. 3º:

- I - inserção da dimensão acadêmica da extensão na formação dos estudantes e na construção do conhecimento;
- II - engajamento da universidade com a sociedade, mediado por uma relação bidirecional de mútuo desenvolvimento;
- III - criação de estrutura de financiamento pública e transparente para a extensão universitária;
- IV - relação autônoma e crítico-propositiva da extensão com as políticas públicas, por meio de programas estruturantes capazes de gerar desenvolvimento social;
- V - comprometimento da universidade com os espaços geográficos nos quais atua por meio da extensão;

- VI - organização de universidades em consórcios e redes para atuação regionalizada em locais prioritários;
- VII - ampliação do espaço acadêmico da extensão e dos seus realizadores;
- VIII - avaliação contínua e sistemática da extensão; e
- IX - compromisso da extensão com a educação e a erradicação da fome e da miséria.

As características da extensão apresentadas conceitualmente por alguns autores, como Silva (2002) e Nogueira (2005), exprimem a extensão como um espaço para formação acadêmica e o repassar do conhecimento anterior, quando a universidade assume um compromisso de parceria entre universidade e sociedade de desenvolvimento social.

Nogueira (2005) reforça essa ideia, afirmando que o papel social da universidade passa pela extensão, podendo ser entendida como o meio por onde as IES podem cumprir seu compromisso social, indo além das atividades precípuas relacionadas à sua atividade-fim por meio de seus cursos regulares.

Esse pensamento é corroborado na PNExt, art. 2º “para efeito do PNExt, a Extensão é considerada como a atividade acadêmica que articula o Ensino e a Pesquisa e viabiliza a relação entre universidade e sociedade” (PNExt 2011-2020).

O PNE enfatiza também a importância das IES consolidarem a prática da extensão, de modo a possibilitar a constante busca do equilíbrio entre as demandas socialmente exigidas e as inovações que surtem do trabalho acadêmico. Dentre seus objetivos destacam-se:

- possibilitar novos meios e processos de produção, inovação e transferência de conhecimentos, permitindo a ampliação do acesso ao saber e do desenvolvimento tecnológico e social do país;
- reafirmar a Extensão Universitária como processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade; indispensável na formação do aluno, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade;

- dar prioridade às práticas voltadas ao atendimento, às necessidades sociais emergentes, como as relacionadas com as áreas da educação, saúde, cultura, comunicação, geração de emprego e ampliação da renda;
- enfatizar a utilização da tecnologia disponível para ampliar a oferta de oportunidades e melhorar a qualidade da educação, incluindo a educação continuada a distância;
- considerar as atividades voltadas para a produção e preservação cultural e artística como relevantes para o desenvolvimento nacional e regional;
- estimular a inclusão da Educação Ambiental e do Desenvolvimento Sustentável como componentes da atividade extensionista;
- valorizar programas de extensão interinstitucionais sob a forma de parcerias;
- tornar permanente a avaliação institucional das atividades de extensão universitária como um dos parâmetros de avaliação da própria Universidade;
- possibilitar novos meios e processos de produção, inovação e transferência de conhecimentos, permitindo a ampliação do acesso ao saber e ao desenvolvimento tecnológico e social para a comunidade; e
- viabilizar a prestação de serviços como produto de interesse acadêmico, científico, filosófico, tecnológico e artístico de ensino, pesquisa e extensão.

O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão reflete um conceito de qualidade do trabalho acadêmico que favorece a aproximação entre universidade e sociedade, a autoreflexão crítica, a emancipação teórica e prática dos estudantes e o significado social do trabalho acadêmico.

A concretização desse princípio supõe a realização de projetos coletivos de trabalho que se referenciem na avaliação institucional, no planejamento das ações institucionais e na avaliação que leve em conta o interesse da maioria da sociedade (ANDES, 2003, p. 30).

Andes (2003) cita que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), no Art. 43, especifica que,

as formas de atuação social da educação superior, porém o rol não é taxativo. A educação superior tem por finalidade: VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade (ANDES, 2003, p. 35).

Segundo a Conferência Regional de Educação Superior, as instituições de educação superior devem avançar na configuração de uma relação mais ativa com seus contextos.

A qualidade está vinculada à pertinência e à responsabilidade com o desenvolvimento sustentável da sociedade. Isso exige impulsionar um modelo acadêmico caracterizado pela indagação dos problemas em seus contextos e a produção e transferência do valor social dos conhecimentos.

De acordo com o Instituto Nacional de Estudo e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), criado pela Lei n° 10.861, de 14 de abril de 2004, é formado por três componentes principais: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes.

O SINAES avalia todos os aspectos que giram em torno desses três eixos: o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente, as instalações e vários outros aspectos.

Todo trabalho e atividade realizados nas IES precisam necessariamente de acompanhamento efetivo, o que deve acontecer pelo menos anualmente e é isso que acontece com o SINAES.

O SINAES, segundo descrição em Brasil (2013),

possui uma série de instrumentos complementares: autoavaliação, avaliação externa, ENADE, Avaliação dos cursos de graduação e instrumentos de informação (censo e cadastro). Os resultados das avaliações possibilitam traçar um panorama da qualidade dos cursos e instituições de educação superior no País. Os processos avaliativos são coordenados e supervisionados pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES). A operacionalização é de responsabilidade do INEP (BRASIL, 2013).

As informações obtidas com o SINAES são utilizadas pelas IES para orientação da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social; pelos órgãos governamentais para orientar políticas públicas e pelos estudantes, pais de alunos, instituições acadêmicas e o público em geral, para orientar suas decisões quanto à realidade dos cursos e das instituições, e também para contribuir com a

qualificação e formação profissional e educacional, desempenhando um papel importante no crescimento e desenvolvimento econômico, social, cultural, político e tecnológico do espaço geográfico e regional, fomentando o Plano Plurianual.

Conforme o PNEExt (2011) em seu Art. 7º O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais da União deverão ser formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias do PNEExt, a fim de viabilizar sua plena execução.

As metas e estratégias são:

- **Meta 1:** Incorporar até 2015 ao menos 10% do total de horas curriculares de formação acadêmica em programas e projetos de extensão fora dos espaços de sala de aula.
- **Estratégias:**
 - 1.1) Estimular o reconhecimento da extensão em sua dimensão pedagógica e como elemento de construção do conhecimento no âmbito dos fóruns competentes;
 - 1.2) Fomentar a criação de componentes curriculares em ações de extensão integradas aos currículos das formações em nível de graduação;
 - 1.3) Reconhecer horas de integralização curricular pela atuação em projetos e programas de extensão;
 - 1.4) Promover o exercício da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão de forma a assegurar a dimensão acadêmica da extensão na formação dos estudantes; e
 - 1.5) Criar mecanismos para reconhecimento dos espaços de extensão na condução de pesquisas.
- **Meta 2:** Definir, até 2012, por meio da articulação entre o Poder Executivo e as universidades, a base territorial para desenvolvimento de programas e projetos prioritários de Extensão.
- **Estratégias:**
 - 2.1) Articular o PNEExt com as políticas de regionalização desenvolvidas pelo Governo Federal; e
 - 2.2) Desenvolver estudos sobre políticas de regionalização articuladas com a localização das universidades públicas e seus câmpus.

- **Meta 3:** Organizar, até 2012, redes e consórcios de universidades públicas para atuação em articulação com o governo federal em programas de erradicação da miséria e promoção do desenvolvimento social nos municípios de maior prioridade.

Conforme Paiva e Tartaruga (2007), toda e qualquer regionalização tem no planejamento a síntese de três funções interdependentes:

- **1ª conhecer:** envolve o conhecimento científico do território, sua história, seus desafios, suas contradições e sua dinâmica provável;
- **2ª administrar:** esse território; e
- **3ª socializar:** fortalecimento da comunidade, via tomada de consciência, de interesses dos agentes que coabitam um mesmo espaço.

Após estudos e leituras do Plano de Extensão Universitária, cujo tema foca as atividades típicas da universidade, como ensino, pesquisa e extensão, percebe-se a relevância de integrar a instituição de ensino superior à realidade da sociedade local, portanto destaca-se, a seguir, a importância dessas ações para a construção da educação prática e emergente, proporcionando o desenvolvimento econômico.

2.5 Educação e Desenvolvimento Econômico

A Educação Superior oferece oportunidades ao conhecimento contínuo, o ensino é como uma ferramenta no processo que contribui para o desenvolvimento de um determinado município, cidade, estado ou até mesmo país, e promove ainda uma transformação intelectual, cujo retorno é uma sociedade mais desenvolvida.

Segundo Apple e Beane (2001, p. 24), “os objetivos fundamentais da educação democrática é a transformação das condições que geram as desigualdades sociais e a realização de ações sustentadas na justiça social”.

Nesse contexto, a educação é o alicerce para o desenvolvimento cultural e social de uma sociedade, contribuindo para um avanço espontâneo. A maneira mais sensata de se ter uma sociedade preparada e envolvida no processo econômico da região é por meio da educação.

É preciso também ter oportunidade de acesso à educação, o que ainda é um grande impasse para uma grande parte da sociedade. Esse desafio chamado

estudar, para muitos parece uma realidade distante. São necessárias muitas mudanças, focar cada vez mais na educação oferecida no País, estado e cidade.

Para Oliveira (2008, p. 138):

O crescimento econômico é condição necessária para o desenvolvimento humano; portanto, um requisito para eliminar a pobreza e construir uma vida mais digna. Nesse sentido, adverte que países em desenvolvimento como o Brasil não podem escolher entre crescer ou não, mas têm que necessariamente crescer (OLIVEIRA, 2008, p. 138).

As empresas provocam grandes impactos na sociedade, como, por exemplo, a geração de empregos, as oportunidades oferecidas a cada surgimento, ou impostos que se pagam e que automaticamente revertem em bens sociais.

Machado Filho (2006) menciona que,

a noção de responsabilidade social empresarial decorre da compreensão de que a ação empresarial deve, necessariamente, buscar trazer benefícios para a sociedade, propiciar a realização profissional dos empregados, promover benefícios para os parceiros e para o meio ambiente, trazer retorno para os investidores. A adoção de uma postura transparente no que diz respeito aos objetivos e compromissos éticos da empresa fortalecem a legitimidade social de suas atividades, refletindo-se positivamente no conjunto de suas relações (MACHADO FILHO, 2006, p. 6).

Na visão de Thurow (2001), o talento humano pode ser considerado universal, porém a inventividade necessita de condições apropriadas para que ocorra de uma forma generalizada e que modifique a sociedade. Sociedades com pessoas não educadas e com pouco incentivo para a inovação não produzem grandes avanços tecnológicos.

De acordo com a relação entre educação e desenvolvimento, a expansão educacional promove maior igualdade e mobilidade social, na medida em que a condição de ativo não transferível faz da educação um ativo de distribuição mais fácil do que a maioria dos ativos físicos.

Além disso, é preciso observar que a educação é um ativo que pode ser reproduzido e geralmente é ofertado à população pobre por intermédio da esfera pública.

Essas duas vias de transmissão, portanto, apontam que do ponto de vista econômico a expansão educacional é essencial para fomentar o crescimento econômico e reduzir a desigualdade e a pobreza (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2002).

O desenvolvimento econômico concentra-se não somente no crescimento de um país, região ou cidade, mas também de sua população, no entanto o processo

de desenvolver socialmente sobrevém de diferentes aspectos e vai além do fator econômico, abrangendo ainda os fatores social e cultural.

2.6 Educação Superior

A educação superior em seu compromisso com a construção do conhecimento é imprescindível para o crescimento e a formação do aluno no que concerne à sua participação gradativa no contexto social em que vive.

Buarque (1994, p. 106) comenta que a IES, “pela sua função de produzir conhecimento, deve participar da construção da nação, definindo sua postura com base em cinco vetores”:

- participar da ampliação do patrimônio cultural da humanidade e da sociedade local e fazer avançar o mais puro e descomprometido pensamento em todas as áreas, de maneira a ter as bases de uma sociedade intelectualmente criativa e sofisticada;
- criticar as ameaças à estabilidade nacional, condenar as desigualdades e propor alternativas que visem distribuir eficientemente o bem-estar, a cultura e a liberdade;
- entender o país, suas especificidades, e conhecer seu potencial; identificar e definir suas necessidades, obviamente com perspectiva universal, no espaço e no tempo, na geografia e na história;
- ajudar no desenho do retrato do que se deseja para a sociedade no novo futuro, formular alternativas para chegar a este futuro desejado, sem ignorar a realidade herdada e sem desconhecer os limites do possível; e
- criar as bases científicas e tecnológicas que permitam transformar os recursos disponíveis no conjunto de bens e serviços necessários ao bem-estar social; e formar mão-de-obra necessária para produzir estas funções.

A educação, segundo a Constituição Federal de 1988, deve promover inclusão social, formação de cidadãos e profissionais competentes com a colaboração da sociedade e para o seu desenvolvimento, como mostra os artigos seguintes (BRASIL, 1988):

- Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.
- Art. 21. A educação escolar compõe-se de:
 - I - educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio;
 - II - educação superior.
- Art. 43. A educação superior tem por finalidade:
 - I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
 - II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
 - III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
 - IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber por meio do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
 - V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
 - VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade; e
 - VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

A realidade da educação no Brasil é bem diferente das propostas encontradas nos papéis (BRASIL, 1988):

Tem-se consciência de que se fossem seguidas algumas das leis, “A prática administrativa e pedagógica dos sistemas de ensino e de suas escolas, as formas de convivência no ambiente escolar; os mecanismos de formulação e implementação de políticas, os critérios de alocação de recursos, a organização do currículo e das situações de aprendizagem, os procedimentos de avaliação deverão ser coerentes com os valores estéticos, políticos e éticos”, a educação social seria vista como uma ação imprescindível para a comunidade interna e externa, em especial nas IES no que pese a importância do desenvolvimento de projetos acadêmicos voltados às necessidades da sociedade (BRASIL, 1998).

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases Nacional (LDBN n.º 9.394/96) verifica-se que:

- Art. 1º - A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.
- Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

Conforme estabelecido pela Constituição Federal do Brasil de 1988, em seu art. 205, a educação se constitui um direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada pela sociedade no sentido de prover o desenvolvimento humano, preparando o indivíduo para o exercício da cidadania.

Nesse sentido, o ensino deverá servir como base para que se proponham condições de igualdade no que diz respeito ao acesso e permanência nas instituições, tanto públicas quanto privadas.

Além da Constituição, a LDBN n.º 9.394/96, estabelece como níveis escolares a educação básica, composta por educação infantil, ensino fundamental e médio; e educação superior, ministrada nas instituições de ensino superior, públicas ou privada, com graus de abrangência variada, ou especializações, abertas para aqueles que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e aprovados em processo seletivo.

De acordo com Mendes (2004), a caracterização do ensino superior desde o início se deu pelo oferecimento de cursos tradicionais como Medicina, Direito e Engenharia.

A normatização atual desse amplo sistema encontra-se formalizada na Constituição, bem como na LDBN/96, acrescida de um conjunto de decretos, regulamentos e portarias complementares.

A aprovação da Lei nº 5.540/68, mais conhecida como a Lei da Reforma Universitária, estabeleceu uma mudança na base estrutural e funcionamento da educação brasileira, porém muitas medidas adotadas por ela continuam em vigor, orientando a organização desse nível de ensino.

A referida Lei estabelece que a ministração do ensino superior deva acontecer em universidades, com algumas exceções, em estabelecimentos isolados de modo que estejam organizados como instituições de direito público ou privado.

No que diz respeito à tipologia das IES no Brasil, Soares (2002) explica que foi redefinida pela LDBN, que trouxe novidades para o sistema, principalmente quanto à natureza acadêmica e dependência administrativa. No que diz respeito à natureza acadêmica, constata-se que foi definida pelos Decretos Complementares nº 3.860/01 e nº 2.406/97.

O autor ainda comenta que embora no Brasil não se utilize essa definição, para o Instituto Internacional para a Educação Superior na América Latina e no Caribe (IESALC) essas instituições são definidas como (SOARES, 2002):

- **Autônomas:** a autonomia consagrada na Constituição, para as universidades públicas e privadas, não foi, ainda, implementada no que se refere à autonomia financeira das universidades públicas federais, enquanto que as universidades privadas garantem sua autonomia por contar com recursos próprios.
- **Empresariais:** esta categoria existe unicamente entre as instituições privadas em função da especificidade da instituição mantenedora, ou seja, são mantidas por grupos empresariais ou empresários, como instituições lucrativas.
- **Religiosas:** é no campo privado que aparecem as instituições que no Brasil, são denominadas confessionais, vinculadas a uma ordem religiosa.
- **Técnicas:** a este tipo corresponderiam no Brasil as IES especializadas em áreas de engenharia e tecnológicas. Além disso, de acordo com a

legislação, a oferta de formação tecnológica concentra-se nos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET'S) e nos Centros de Educação Tecnológica (CET'S).

- **Militares:** não existem universidades militares no Brasil. No entanto, pode-se mencionar, os institutos ligados ao exército brasileiro, que formam recursos humanos em diferentes especialidades no campo da engenharia

Martins (2000) relata que em um intervalo superior a 30 anos o sistema brasileiro de ensino superior sofreu mudanças em sua composição. Na década de 1960, o quadro era composto por uma centena de instituições, a maior parte de pequeno porte, reguladas basicamente às atividades de transmissão do conhecimento, sendo compostas por um corpo docente com nível de qualificação debilitado.

Nesse período havia predominância de estudantes do gênero masculino, porém com a ocorrência de algumas mudanças foi incorporado um público mais diferenciado socialmente.

Diante desse quadro é possível observar um aumento considerável de estudantes do gênero feminino e ainda um ingresso de alunos no mercado de trabalho, formando um campo acadêmico complexo ao considerar indicadores desse referido espaço: i) qualidade do ensino oferecido; ii) titulação do corpo docente; iii) capacidade científica instalada; e iv) seu papel na sociedade em que está inserida.

Para as IES, esse papel é ainda mais importante, pois se trabalha na formação acadêmica e ética de indivíduos, o que é imprescindível para o desenvolvimento da região do seu entorno.

Dessa forma, aproxima-se a realidade social da vida acadêmica, além de fazer a migração das ferramentas que as instituições proporcionam aos seus alunos em sala de aula com as necessidades encontradas naquele meio, fora dos muros da faculdade (MARTINS, 2000).

Tanto as empresas como instituições de ensino sentem-se comprometidas indiretamente com o crescimento social e cultural da comunidade. A universidade, com grande potencial humano e científico, não pode ficar à margem do que acontece na vida social e tem a obrigação de se envolver na resolução, ou na tentativa de resolução, dos problemas oriundos de um mundo da qual ela também faz parte.

Ela deve ser “[...] uma poderosa alavanca para o desenvolvimento cultural, social e econômico da comunidade onde se encontra”, o que lhe serve também de estratégia competitiva, quando esse investimento é na comunidade interna, ou seja, em seus colaboradores, dando subsídios que ajudem a reter e manter seus funcionários (JULIATTO, 2004, p. 18).

2.7 Função da Universidade: ensino, pesquisa e extensão

De acordo com Martins (2000), as IES buscam transformar suas práticas pedagógicas conhecidas como tripé da educação: as práticas de pesquisa, ensino e extensão a fim de estreitar a relação da comunidade acadêmica com a sociedade em que está localizada.

Percebe-se, porém, que muitas ainda não trabalham a responsabilidade social como deveria. Não há compromisso algum com a sociedade, esquecendo-se do grande número de pessoas com demanda social e de espaço importantíssima.

Segundo a NBR 16001:2004, ação social é uma atividade voluntária, realizada pela organização em áreas tais como assistência social, alimentação, saúde, educação, esporte, cultura, meio ambiente e desenvolvimento comunitário. Abrange desde pequenas doações a pessoas ou instituições até ações estruturadas com uso planejado e monitorado de recursos.

De acordo com o manual de orientação das ações de extensão universitária da IESMA/Unisulma (2008), “projetos é conjunto de ações processuais e contínuas de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo bem definido e prazo determinado”.

O Projeto de Extensão constitui um conjunto de atividades com tempo determinado, de caráter educativo, artístico, cultural e científico desenvolvido por docentes, técnicos da educação e discentes.

No Decreto n.º19.851, de 11 de abril de 1931, em seu art.1º, a finalidade do ensino universitário era:

Elevar o nível da cultura geral; estimular a investigação científica em qualquer domínio do conhecimento humano; habilitar ao exercício de atividades que requerem um preparo técnico e científico superior; concorrer, enfim, pela educação do indivíduo e da coletividade, pela harmonia de objetivos entre professores e estudantes e pelo aproveitamento de todas as atividades universitárias, para a grandeza da Nação e para o aperfeiçoamento da Humanidade (BRASIL, 1988).

O artigo 207 da Constituição Brasileira de 1988 dispõe que: “As universidades gozam de autonomia didática científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”.

Para tanto, o ensino, pesquisa e extensão constituem as três funções básicas da universidade: devem ser equivalentes e merecer igualdade de tratamento por parte das instituições de ensino superior, pois, ao contrário, estarão violando esse preceito constitucional.

A universidade não pode ser simplesmente o lugar de transmissão de saber, mas o lugar crítico, uma instituição que critica o saber, onde se discute a cultura e se projeta os rumos da cultura nacional (FÁVERO, 1980).

Conforme Morosini (2008), a Global University Network for Innovation (GUNI)² considera responsabilidade social universitária a capacidade que tem a universidade como instituição de difusão e colocação em prática de um conjunto de princípios e valores por meio de quatro processos principais: i) gestão; ii) docência; iii) investigação; e iv) extensão.

A GUNI tem como missão fortalecer o papel do ensino superior na renovação das visões e políticas de ensino superior em todo o mundo sob uma visão de serviço público, relevância e responsabilidade social para a sociedade, com os objetivos de incentivar as IES, reorientando os seus papéis para alargar o seu valor social; contribuir e reforçar uma posição crítica dentro da sociedade e ajudar a diminuir as distâncias entre países desenvolvidos e países no domínio do ensino superior em desenvolvimento, promovendo a capacitação e cooperação, promovendo intercâmbio de recursos, ideias e experiências inovadoras, permitindo simultaneamente uma reflexão coletiva e co-produção de conhecimento sobre questões emergentes de ensino superior, inovação, responsabilidade social (GUNI, 2016 *on line*).

Segundo Morosini (2008), esses são os valores e princípios declarados nos planos:

² Global University Network for Innovation - GUNI é uma rede criada em 1999 e apoiada pela UNESCO, a Universidade das Nações Unidas (UNU) e Associação Catalã de Universidades Públicas (ACUP), que hospeda seu secretariado e presidência, composta atualmente por 210 membros de 78 países, que inclui as Cátedras da UNESCO no ensino superior, instituições de ensino superior, centros de pesquisa e redes relacionadas com a inovação e o compromisso social do ensino superior.

- Pessoal: dignidade da pessoa, liberdade, integridade;
- Social: bem comum e equidade social; desenvolvimento sustentável e meio ambiente; sociabilidade e solidariedade para a convivência; aceitação e apreço a diversidade; cidadania, democracia e participação;
- Universitário: compromisso com a verdade; excelência; interdependência e transdisciplinaridade.

É sobre essas concepções que as IES vêm se expandindo de forma acelerada, segundo o movimento de influências e de concepções paradigmáticas, que se aloca entre tais concepções. As tensões se fazem presentes e estão ligadas à assunção de uma identidade para a educação superior na sociedade, tais como: instituições reativas versus instituições proativas e antecipadoras; lucratividade versus valor social do conhecimento; economia do conhecimento versus sociedade do conhecimento; bens públicos versus bens privados, e relevância versus competição e competitividade (GUNI, 2013).

2.8 O Papel da IES no Desenvolvimento Regional

A extensão universitária tem a função de integrar a IES à sociedade, em projetos de desenvolvimento social que, por sua vez, têm concordância com o conceito de desenvolvimento regional.

Tais ações são viabilizadas por meio de parcerias das IES com o poder público, voluntários, empresas, comunidade e organizações não governamentais, para formulação de soluções aos problemas sociais e a transformação efetiva da sociedade (CHAUÍ, 2003).

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 1999), ao definir desenvolvimento inclui as pessoas como os principais atores desse processo, como ressalta Veiga (2005, p. 801):

[...] O desenvolvimento tem a ver, primeiro e acima de tudo, com a possibilidade de as pessoas viverem o tipo de vida que escolheram, e com a provisão dos instrumentos e das oportunidades para fazerem as suas escolhas. [...] essa é uma ideia tão política quanto econômica. Vai desde a proteção dos direitos humanos até o aprofundamento da democracia (VEIGA, 2005, p. 801).

Nesse contexto, os indivíduos constituem o centro e a razão do processo de desenvolvimento, por estarem inerentemente ligados ao ambiente em que vivem e dele não podem ser separados (DINIZ, 2001).

Sen (2010) questiona que o atual modelo de desenvolvimento econômico proporciona distorções sociais e que a base do desenvolvimento não deve estar apenas na busca pela dimensão econômica, mas sim na dimensão sociocultural, em cujo contexto os valores e as instituições são fundamentais.

Abramovay (2001, p. 13) comenta que:

[...] os objetivos do desenvolvimento vão bem além da mera multiplicação da riqueza material. O crescimento é uma condição necessária, mas de forma alguma suficiente (muito menos é um objetivo em si mesmo), para se alcançar a meta de uma vida melhor, mais feliz e mais completa para todos (ABRAMOVAY, 2001, p. 13).

Essa nova configuração do conceito de desenvolvimento foi escopo da Agenda 21 (Rio/92), aceita, divulgada e aprovada como um plano de ação. A Agenda 21 realçou que a sustentabilidade é conquistada pela implementação regional ou local de processos de desenvolvimento com a participação dos indivíduos, com o desígnio de diagnosticar os problemas locais, focada na visão das necessidades e do bem-estar humano, para entender os conflitos envolvidos e pactuar as maneiras de resolvê-los (TRIGUEIROS, 2005).

É imprescindível que se identifique o papel diferenciado das universidades comunitárias no contexto das universidades privadas, já que existem poucos estudos a respeito das comunitárias, de seus diferenciais e o papel que exercem na sociedade, mas não há como negar sua contribuição e importância no segmento educacional.

Com a democratização do conhecimento, o estabelecimento de parcerias como mecanismo de cooperação para o fortalecimento da competitividade tornou-se estratégia fundamental.

Observa-se que para se chegar a algumas soluções empresariais, e, por consequência, sociais no contexto nacional, um dos caminhos tem sido a gestão cooperativa do conhecimento.

Essa gestão envolve diversas instituições, como as universidades que têm a responsabilidade de produzir respostas científicas e tecnológicas aos problemas socioeconômicos, inclusive os organizacionais, empresas e setor público.

A aproximação do meio acadêmico, setor público e iniciativa privada constitui um desafio que extrapola as próprias estratégias empresariais. Esse mecanismo de integração é necessário à formação de um novo modelo que contribua para diminuir a dependência tecnológica do país, reduzindo as importações e permitindo minimizar as desigualdades sociais (OLIVEIRA, 1999).

Alguns autores têm explicitado sua preocupação com relação à necessidade de aproximação do saber acadêmico ao conhecimento produtivo. Fleury e Oliveira Júnior (2001) comentam da seguinte forma o assunto:

As universidades, tradicionalmente vistas como “fábricas do conhecimento”, cuja produção era, em grande parte, direcionada para seu próprio consumo, estão sendo pressionadas para colaborar mais estreitamente com a indústria, a fim de demonstrar com maior clareza sua contribuição para a sociedade (FLEURY; OLIVEIRA JÚNIOR, 2001, p. 88).

Vasconcelos e Ferreira (2000) avançam ainda mais na discussão ao argumentarem a necessidade de criação de uma rede facilitadora, para implementação da aproximação setor acadêmico e setor produtivo.

Concluem que o fortalecimento das parcerias entre setor público e privado e a inclusão da Ciência & Tecnologia como prioridade para o País constitui um dos grandes desafios da atualidade.

Para Coutinho (1993), as novas bases da competitividade estão se orientando pelo intercâmbio que ocorre entre a empresa privada e as instituições públicas de ciência e pesquisa aplicada, como as universidades, institutos e centros de pesquisa, caracterizando uma dimensão sistêmica, capaz de produzir os elementos necessários à inovação, envolvendo inclusive políticas governamentais por demandar pessoal altamente qualificado e infraestrutura de equipamentos.

Apresentado no referencial teórico conceitos, definições característica, funções, a fim de fundamentar a pesquisa do estudo em questão, inicia-se, a seguir, a seção métodos.

3 MÉTODOS DE PESQUISA

A pesquisa adota um delineamento esquematizado e representado por um fluxograma da sua organização e das atividades exposto na Figura 2.

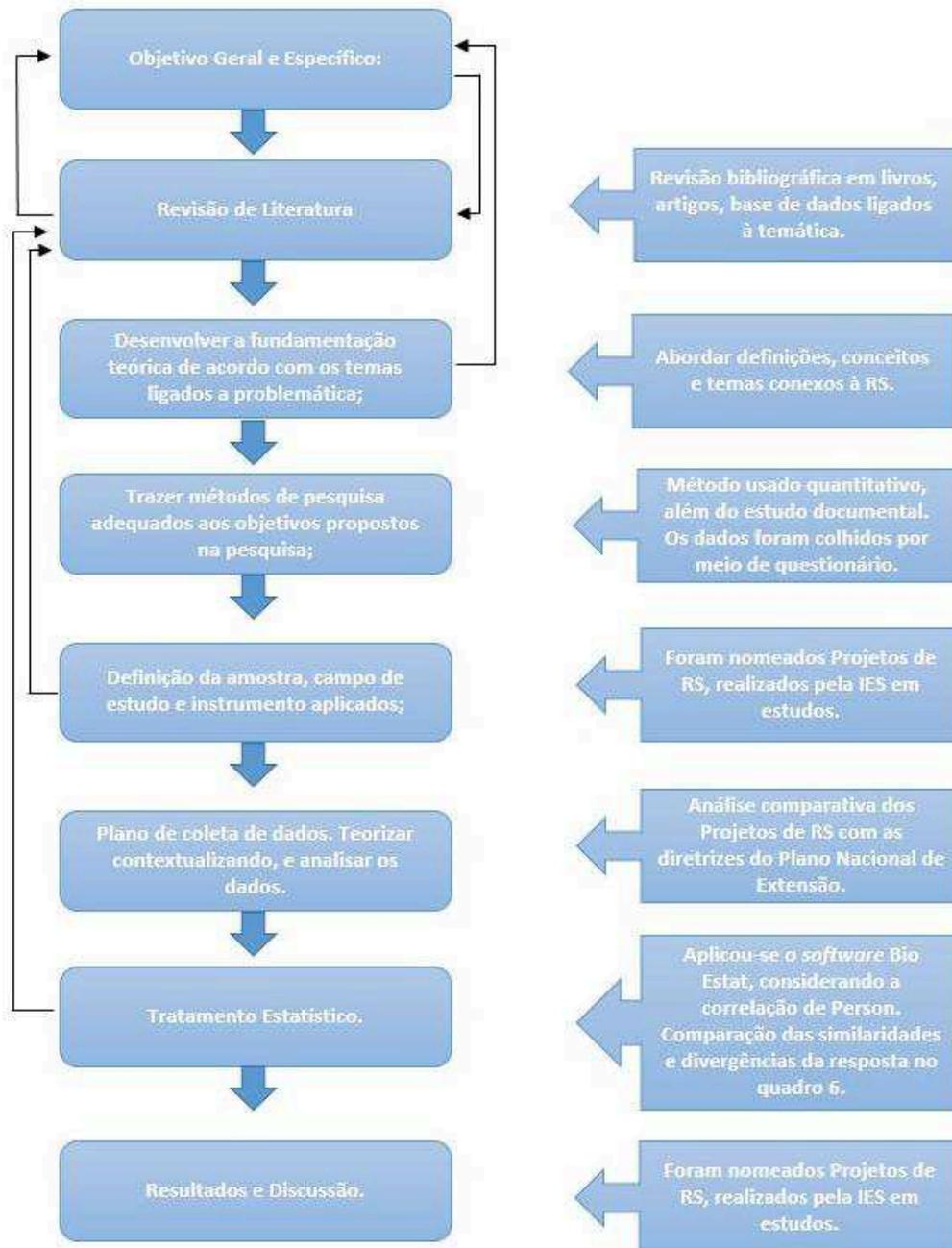


Figura 2 – Fluxograma adotado para a realização da pesquisa

A metodologia é a descrição detalhada e rigorosa dos procedimentos utilizados, de campo ou laboratório, bem como dos recursos humanos e materiais envolvidos, o universo da pesquisa, critérios para seleção da amostra, instrumento de coleta, e método de tratamento dos dados, entre outros.

Para Cooper e Schindler (2003), as pesquisas realizadas no campo da administração devem contar com uma investigação sistemática, calcada em critérios sólidos, que gerem informações confiáveis para melhor entender as atitudes, o comportamento e as decisões que cercam as organizações.

3.1 Tipo de Pesquisa

A proposta deste estudo, apresentada no objetivo geral, é analisar os projetos e programas de extensão desenvolvidos e implantados no Instituto de Ensino Superior do Sul do Maranhão, IESMA/UNISULMA, face as diretrizes do Plano Nacional de Extensão (2011-2020), como importantes indicativos de ações de responsabilidade social. Desse modo, esta pesquisa valeu-se de uma abordagem quantitativa.

A pesquisa quantitativa, segundo Alyrio (2008), procura identificar quantitativamente o nível de conhecimento, as opiniões, impressões, hábitos, comportamentos, quando se procura observar o alcance do tema, do ponto de vista do universo pesquisado, em relação a um produto, serviço, comunicação ou instituição.

Esta pesquisa caracteriza-se, também, pelo estudo documental de caráter descritivo, no qual foram levantados arquivos pertinentes à investigação proposta pelo trabalho.

Nessa etapa foi indispensável a realização de uma pesquisa documental. O primeiro passo foi o levantamento de documentos nos arquivos do setor acadêmico da Instituição, ou seja, no *site*, no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) conforme Anexo I, e nos próprios projetos, fontes disponíveis e essenciais para subsidiar as investigações do objeto de estudo em foco, deixando amplo o campo para futuras pesquisas.

Esta pesquisa, quanto aos seus objetivos, é descritiva, segundo Silva e Menezes (2000):

[...] a pesquisa descritiva visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática. Assume, em geral, a forma de levantamento (SILVA; MENEZES, 2000, p. 21).

Quanto ao delineamento utilizou-se a pesquisa documental, que propiciou a análise de toda a documentação levantada e selecionada da IES. A pesquisa documental trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, e não é fácil, por vezes, distingui-las.

A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos disponíveis, inclusive, na Internet.

Para Fonseca (2002),

[...] a pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão (FONSECA, 2002, p. 32).

Por último, realizou-se uma pesquisa de campo na Unidade de Ensino Superior do Sul do Maranhão, Unisulma. Uma das ideias foi verificar os resultados do impacto que os principais projetos de responsabilidade social causam na formação acadêmica de seus discentes.

Após, buscou-se obter respostas mais específicas. Foram ouvidos docentes e discentes, com o objetivo de conhecer a proposta da IES em relação à responsabilidade social.

As respostas dadas por esse grupo de entrevistados foram pertinentes à inquietação central do estudo, que é “estudar os projetos e programas de extensão desenvolvidos e implantados pela IESMA/UNISULMA comparados às diretrizes do Plano Nacional de Extensão 2011 – 2020”.

Lakatos (2002, p. 188) afirma que a pesquisa de campo tem o objetivo de “conseguir informações de um problema, a qual se procura uma resposta, ou hipótese que se queira comprovar, ou ainda descobrir novos fenômenos e a relação entre eles”.

3.2 Definição da Amostra e Campo de Estudo

O universo da pesquisa documental foram registros de relatórios dos projetos de extensão e atividades sociais desenvolvidas e realizadas pelos cursos de graduação oferecidos pela IES em Nutrição, Serviço Social, Direito, Administração e Educação Física, Enfermagem e Ciências Biológicas.

A realização da pesquisa foi possível dadas as informações disponibilizadas no *site* da IESMA/UNISULMA, nos projetos sociais elaborados por professores e coordenação acadêmica, e ainda em relatórios globais, assim chamados pela IES, redigidos ao término de cada ação social.

Após a análise documental foi aplicado um questionário fechado em uma amostra de 24 docentes de um total de 120, distribuídos nos sete cursos oferecidos pela IES, e dos 2175 alunos matriculados foram pesquisados 274.

É importante evidenciar que a amostra desta pesquisa foi intencional e por acessibilidade. O questionário foi aplicado aos docentes encontrados na sala dos professores e aos acadêmicos encontrados em sala de aula na ocasião de coleta dos dados.

3.3 Instrumentos de Pesquisa

Como principais instrumentos da pesquisa foram aplicados dois questionários elaborados pela autora da pesquisa. O primeiro constituía-se de cinco perguntas sobre o perfil e dados dos entrevistados aplicados somente aos docentes, com o intuito de conhecer mais precisamente a população acadêmica pesquisada.

O segundo questionário trazia oito questões fechadas aplicadas a docentes e discentes, que permitiram levantar informações relevantes ao objeto de estudo, ou seja, o Instituto de Ensino Superior do Sul do Maranhão, IESMA/UNISULMA.

As questões responderam às inquietações apresentadas nos objetivos, que são, além de estudar os projetos de extensão, compará-los com as diretrizes do Plano Nacional de Extensão Universitária, identificar e comparar os projetos de extensão que a IES desenvolve, reconhecendo os indicativos apontados nas ações de responsabilidade social por meio das diretrizes.

Os questionários foram aplicados individualmente, o que possibilitou um contato direto com cada pessoa pesquisada, além do espaço nas salas de aula para uma apresentação resumida da temática da pesquisa em questão, facilitando a compreensão acerca das questões apresentadas. Nesse sentido, utilizou-se a Escala Likert por ser a mais utilizada em questionários. É considerada a mais adequada em pesquisa de opinião.

Outro importante instrumento foi à análise documental de materiais coletados em arquivos particulares e não analisados nas instituições de ensino como: projetos de atividades extensivas, relatórios de pesquisas e fotografias, entre outros.

Segundo Chaves (2007), a investigação documental é realizada em documentos conservados no interior de órgãos públicos e privados, de qualquer natureza, ou com pessoas, como registros anais, regulamentos, circulares, ofícios, comunicações informações, fotografias, vídeos e outros.

3.4 Plano de Análise de Dados

O presente trabalho, para poder ser elaborado, primeiramente passou pela Comissão de Ética. Após a aprovação, teve início as demais etapas. Foram analisados dados levantados a partir de documentos oriundos de arquivos institucionais, e o resultado desse levantamento foi tratado no programa Microsoft Excel 2013, de forma clara e sem desviar-se dos objetivos da pesquisa.

No estudo os dados levantados foram reagrupados em dois momentos. O primeiro foi analisado por eixos temáticos, como: crianças, idosos, saúde, meio ambiente e outros, divididos pela Instituição.

De acordo com Lakatos e Marconi (2005), antes da análise e interpretação dos dados devem ser observados os seguintes passos:

- **1º Seleção:** é o exame minucioso dos dados, que serão submetidos a uma verificação crítica a fim de detectar falhas ou erros.
- **2º Codificação:** é a técnica operacional utilizada para categorizar os dados que se relacionam. Na codificação os dados são transformados em símbolos, podendo ser tabelados e contados.
- **3º Tabulação:** é a disposição dos dados em tabelas, permitindo maior facilidade na verificação das inter-relações entre eles. É parte do

processo técnico de análise estatística, que permite sintetizar os dados conseguidos pelas diferentes categorias e representá-los graficamente.

No segundo momento, os dados coletados nos questionários foram tabulados e processados com o uso do *software* Bio Estat 5.0, que dispõe de vários aplicativos acessíveis e disponíveis. Para analisar o nível de correlação entre as respostas obtidas calculou-se o coeficiente de correlação de Pearson.

O cálculo dessa correlação sugere a possibilidade de haver uma relação entre os dados obtidos pelos docentes e discentes em relação ao conhecimento e satisfação quanto aos projetos de responsabilidade social analisados.

A seguir são apresentados os resultados obtidos e a discussão, acompanhada da apresentação da área escolhida para o estudo e do campo de investigação da pesquisa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção tem por finalidade apresentar o estudo realizado com projetos de extensão universitária desenvolvidos e implantados pelo Instituto de Ensino Superior do Sul do Maranhão, IESMA/UNISULMA, face às diretrizes do Plano Nacional de Extensão (2011 – 2020) como indicativos de responsabilidade social.

O objetivo de estudar e analisar os projetos de responsabilidade social existentes na Instituição verificou-se por meio de duas importantes variáveis, o conhecimento e a satisfação dos docentes e discentes em relação às atividades de responsabilidade social.

A divulgação dos resultados deu-se em registros de relatórios elaborados e disponibilizados pela Instituição pesquisada. Pretende-se, também, posteriormente, elaborar artigos, divulgar publicações em revistas e apresentações públicas e palestras que tragam como tema o título deste trabalho ou áreas relacionadas ao estudo.

4.1 Caracterização da Área de Estudo

De acordo com informações do *site* oficial do Estado, o Maranhão fica localizado no oeste da região Nordeste do Brasil e tem como limites, ao norte, o Oceano Atlântico; a leste o estado do Piauí; a sul e sudeste o estado do Tocantins; e o do Pará a oeste. O Maranhão ocupa uma área de 331.983,293 km². É o segundo maior estado da região Nordeste e o oitavo maior estado do Brasil.

O município de Imperatriz localiza-se ao oeste do estado do Maranhão, na microrregião nº 38. Tem limites com os municípios de Cidelândia, São Francisco do Brejão, João Lisboa, Davinópolis, Governador Edison Lobão e com o estado do Tocantins. O Município encontra-se a 629,5 quilômetros da capital do Estado.

Sua área total é de 1.367,90 km², que corresponde aproximadamente a 0,46% do território do Estado (333.365,6) km², porém vale ressaltar que em 1980 sua área era de 13.352 km², portanto ao redor de 4,01% do território do Estado.

Em 1991, com a criação do município de Açailândia, passou para 6.075,1 km². Em 1996, Imperatriz cedeu mais uma parte de sua área territorial para a formação dos municípios de Cidelândia, Davinópolis, Governador Edison Lobão,

São Pedro da Água Branca, Vila Nova dos Martírios e São Francisco do Brejão, passando dos 6.075,1 km² para os atuais 1.367,90 km² (FRANKLIN, 2008; 2005).

De acordo com dados do Censo do IBGE (2010), a cidade de Imperatriz tem 247.505 habitantes, está localizada no sul do Maranhão, mais precisamente às margens do Rio Tocantins. Com seus 161 anos de existência, recentemente completados, é considerada a segunda maior do estado do Maranhão.

A Figura 3 apresenta um mapa com a localização da cidade de Imperatriz.

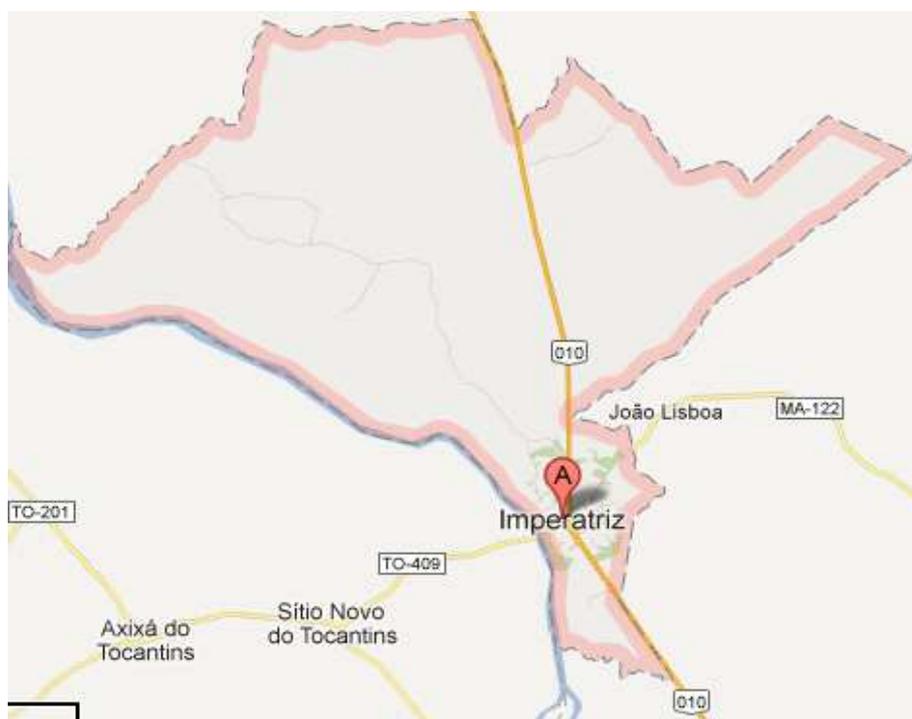


Figura 3 - Localização da cidade de Imperatriz (MA)
Fonte: Google Mapas (2012)

Imperatriz apresenta-se como entreposto comercial e de serviços que abastece mercados locais em um raio de 400 km, e forma com Araguaína (TO), Marabá (PA), Balsas (MA) e Açailândia (MA) uma importante província econômica.

O Município situa-se na área de influência de grandes projetos, como a mineração da Serra dos Carajás (Marabá/Parauebas); a mineração do igarapé Salobro (Marabá/Parauebas); as Ferrovias Carajás/Itaqui e Norte-Sul; as indústrias guzeiras (Açailândia) e a de celulose da Celmar (Cidelândia), que pela proximidade de algum modo condicionam seu desenvolvimento (FRANKLIN, 2008; 2005).

4.2 Caracterização do Campo de Investigação IESMA/UNISULMA

O Instituto de Ensino Superior do Sul do Maranhão, IESMA/UNISULMA, entidade privada instalada em Imperatriz (MA), desde 2004, é pioneira ao oferecer cursos relevantes para o desenvolvimento econômico local.

O Instituto oferece sete cursos de graduação: nutrição, administração, enfermagem, serviço social, educação física, ciências biológicas e direito, nas mais diversas áreas do conhecimento humano, todos voltados aos interesses e às necessidades regionais.

Optou-se para investigação essa Unidade de Ensino Superior do Sul do Maranhão, UNISULMA, uma instituição de ensino privado localizada em Imperatriz (MA), cidade mais conhecida como portal da Amazônia.

A Instituição atua há mais de nove anos no mercado educacional, no ensino superior, e foi escolhida para a realização do referido estudo por sua característica, a de desenvolver atividades de responsabilidade social beneficiando acadêmicos e comunidades circunvizinhas da área onde está instalada, além de mostrar aos acadêmicos a importância da responsabilidade social e os benefícios de ações e de projetos sociais.

A Instituição apresenta seu compromisso com a responsabilidade social desde a elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), no qual relata seu papel em promover ações que beneficiem a comunidade interna e a externa.

A Missão da IESMA/UNISULMA, apresentada no PDI, é: “formar profissionais e cidadãos comprometidos com a ética, a justiça social, o desenvolvimento econômico e científico-tecnológico da Região Tocantina e do país”.

A finalidade e os objetivos do Instituto de Ensino Superior do Sul do Maranhão IESMA/UNISULMA, de acordo com o Capítulo II, Art. 5º do Regimento Interno (2008) são:

- I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo, por meio de cursos de graduação, pós-graduação e extensão;
- II - formar profissionais, nas diferentes áreas do conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

- III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e à criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o ser humano em harmonia com o meio ambiente do qual faz parte;
- IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que se constituem em bem da sociedade e comunicar o saber por meio do ensino, de publicações ou de outras formas de democratização do conhecimento;
- V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizada do conhecimento e do processo de sua produção;
- VI - estimular o conhecimento e o livre pensar sobre os problemas globais, e em particular os nacionais, estaduais e da Cidade de Imperatriz, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade, estimular a solidariedade entre os povos; e
- VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na Instituição.

A Instituição em estudo possui 2.175 alunos distribuídos em seus respectivos cursos, como mostra o Quadro 3.

CURSOS	Administração	Ciências Biológicas	Direito	Educação Física	Enfermagem	Nutrição	Serviço Social	TOTAL
Nº DE ALUNOS	192	22	810	286	325	243	297	2.175

Quadro 3 – Quantidade de alunos por curso da IESMA/UNISULMA

O Quadro 3 representa o número geral de acadêmicos da Instituição. O estudo baseou-se em um número representativo de alunos. Foram abordados os mais acessíveis, portanto aqueles que se dispuseram a responder o questionário referente à temática em estudo.

4.3 Análise Comparativa entre os Projetos Analisados e as diretrizes do Plano Nacional de Extensão

A análise tem o objetivo de diagnosticar alguns impactos e o grau de envolvimento dos acadêmicos e docentes, a fim principalmente de destacar o importante papel das IES em ações de responsabilidade social e ainda a relevância da participação dos envolvidos nos projetos no âmbito acadêmico e futuro profissional.

A princípio levantaram-se projetos de responsabilidade social desenvolvidos pela UNISULMA, sem especificação de curso ou tipo de atividade, reunindo informações documentais para alicerçar o principal instrumento de estudo: as ações sociais.

Posteriormente buscou-se estudar o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Regimento Interno, Missão Institucional e Manual de Orientação das Ações de Extensão Universitária.

Na sequência da análise realizou-se um estudo das diretrizes do Plano Nacional de Extensão 2011/2020, e a partir daí foram comparados os projetos com os indicativos apresentados nas diretrizes e suas implicações.

PROJETOS	PROJETO 1	PROJETO 2	PROJETO 3	PROJETO 4
Denominação	BRINCANDO COM A COMUNIDADE	IDOSO TEM DIREITO e DIREITO A SER SAUDÁVEL	FELIZ IDADE, CIDADANIA COM ALEGRIA.	PROJETO SORRISO
Público Alvo	Crianças da Casa de Passagem, usuárias de Programa de Saúde da Família (PSF) do bairro Santa Rita que tenham de 10 a 14 anos.	Idosos dos Bairros Santa Rita e Nova Imperatriz, localizados no entorno da Instituição.	Idosos usuários do SUS – PSF do bairro Bom Sucesso e do Posto de saúde Santa Lúcia no bairro Vila Nova.	Crianças da Casa de Passagem, usuárias de PSF dos bairros Santa Rita, Bom Sucesso e Santa Lúcia.
Foco	Possibilitar o acesso à atividade física orientada por profissionais capacitados e acadêmicos do Curso de Educação Física, com ênfase nas brincadeiras e jogos.	Promover o acesso dos idosos a informações relativas aos direitos previstos na Constituição e Estatuto do Idoso, bem como na área de saúde, com a utilização de alimentos saudáveis e a educação, de tal modo que melhore a sua qualidade de vida.	Melhorar a autoestima dos idosos, possibilitando-lhes a descoberta de sua importância na sociedade.	Proporcionar às crianças internas da Casa de Passagem, PROMANA, usuárias do PSF que residem nos bairros citados acima ou que estejam em hospitais. O conhecimento da realidade do “Ser Crianças”, dentro de um momento específico de dor, mostrando para sociedade diversificações de atuação do enfermeiro dentro do contexto profissional.
Instrumentos	- Jogos; - Danças; - Lutas e atividades aquáticas.	- Palestra sobre os direitos dos idosos e alimentação saudável - Atividade física diversificada – 3 vezes por semana. - Verificação periódica de Pressão Arterial - Oficina de preparação de alimentos saudáveis. - Inclusão digital	Formação de cuidadores de idosos (familiares) na perspectiva dos primeiros socorros, cuidados para evitar acidentes domésticos, cuidados com a alimentação e orientações para administração dos medicamentos.	- Orientações pedagógicas para crianças internadas que estão impedidas de frequentar a escola. - Orientações e acompanhamento das vacinas, inclusive à domicílio. - Orientações sobre alimentação. - Consultas e encaminhamento de exames. -Atividades lúdicas.
Tempo	Semanal	Semanal	Semanal	Semanal
Acadêmicos Envolvidos	100 alunos	100 alunos	120 alunos	50 alunos
Cursos Envolvidos	Educação Física.	-Direito: por meio do NPJ - Serviço Social - Núcleo de Serviço Social. -Educação Física. -Enfermagem. -Nutrição	-Enfermagem -Educação Física e -Nutrição	- Enfermagem -Educação Física e - Nutrição.
Recurso Financeiro	Própria Instituição de ensino	Própria Instituição de ensino	Própria Instituição de ensino	Própria Instituição de ensino

Quadro 4 – Relação de projetos estudados na IESMA/UNISULMA.

DIRETRIZES DO PNE – 2011/2020 – art. 3º	Projeto1	Projeto2	Projeto3	Projeto4
I - inserção da dimensão acadêmica da extensão na formação dos estudantes e na construção do conhecimento;	Atende	Atende	Atende	Atende
II - engajamento da universidade com a sociedade, mediado por uma relação bidirecional de mútuo desenvolvimento;	Atende	Atende	Atende	Atende
III - criação de estrutura de financiamento pública e transparente para a extensão universitária;	Não atende	Não atende	Não atende	Não atende
IV - relação autônoma e crítico-propositiva da extensão com as políticas públicas, por meio de programas estruturantes capazes de gerar desenvolvimento social;	Não atende	Não atende	Não atende	Não atende
V - comprometimento da universidade com os espaços geográficos nos quais atua por meio da extensão;	Não atende	Não atende	Atende	Não atende
VI - organização de universidades em consórcios e redes para atuação regionalizada em locais prioritários;	Não atende	Não atende	Não atende	Não atende
VII - ampliação do espaço acadêmico da extensão e dos seus realizadores;	Não atende	Atende	Atende	Atende
VIII - avaliação contínua e sistemática da extensão;	Atende	Atende	Atende	Atende
IX - compromisso da extensão com a educação e a erradicação da fome e da miséria;	Atende	Atende	Não atende	Atende

Quadro 5 – Comparação dos projetos sociais com as diretrizes do Plano Nacional de Extensão (2011/2020)

Ao concluir a análise comparativa dos dois Quadros supracitados foi possível levantar as seguintes informações:

- os Quadros 4 e 5 foram elaborados e desenhados para facilitar a compreensão do estudo dos projetos de RS, comparado-os às respectivas diretrizes apresentadas no Plano Nacional de Extensão;
- o Quadro 4 mostra os projetos, que dentre outros existentes na Instituição serviram de amostra. São quatro projetos, numerados em sequência:
 - **projeto 1:** Brincando com a Comunidade;
 - **projeto 2:** Idoso Tem Direito e Direito a ser Saudável;
 - **projeto 3:** Feliz idade, Cidadania com Alegria; e
 - **projeto 4:** Sorriso.

Dos critérios utilizados, os mais relevantes foram: i) projetos permanentes e inseridos no calendário acadêmico institucional, com realização contínua; e ii) público-alvo fixo e pré-selecionado.

Nessa etapa do estudo compararam-se os projetos de extensão da IESMA/UNISULMA analisados com as Diretrizes do Plano Nacional de Extensão (PNE) 2011/2020, objetivando verificar se os instrumentos aplicados nos projetos sociais estão de acordo com o proposto no PNE.

O Quadro 4, que detalha os projetos sociais 1, 2, 3 e 4, aborda as seguintes variáveis: público alvo, foco (objetivo), instrumento, número de acadêmicos envolvidos e tempo de duração de cada projeto. Quadro 5 apresenta as Diretrizes do Plano Nacional, que subsidiou a comparação com os projetos sociais analisados.

Ao analisar os Quadros 4 e 5 constata-se que o Projeto 1 atende às Diretrizes I, II, VIII e IX, pela oportunidade que os docentes e discentes têm de realizar atividades sociais unindo teoria e prática.

Há evidências que as ações executadas nesse Projeto contribuem para a transferência do conhecimento adquirido em sala de aula para as ações práticas realizadas em campo. Vale ressaltar que o Projeto 1 tem o intuito de educar o público-alvo para a prática de atividades físicas.

Por outro lado, esse Projeto não atende às Diretrizes III, IV, V, VI e VII, por não haver, de acordo com a Instituição, financiamento público, nem parcerias ou convênios na execução dos Projetos, e o espaço acadêmico é utilizado na realização das atividades.

Já o Projeto 2 atende às Diretrizes I, II, VII, VIII e IX, que inserem o aluno e o professor nas atividades de extensão, a fim de contribuir na construção e melhoramento de seus conhecimentos. As atividades desse Projeto são praticadas na própria IES, nos laboratórios, quadras esportivas e auditórios, garantindo melhor aproveitamento das práticas sociais.

As Diretrizes III, IV, V e VI não aparecem no Projeto 2, que é financiado somente pela IES. Não há parcerias e são oferecidas oficinas de preparação de alimentos saudáveis e reutilização de alimento, contribuindo para a erradicação da fome e da miséria.

O Projeto 3, conforme a análise comparativa, atende às Diretrizes I, II, V, VII e VIII. Tem como diferencial tirar os acadêmicos dos muros da IES e levá-los até a comunidade a ser atendida, para que sintam a importância das atividades no atual cenário em que vive a comunidade, objetivando melhor desempenho e motivação na execução do Projeto e no aprendizado.

Dado esse contexto, a Instituição, mesmo sendo privada, desempenha um papel social em programas públicos ao atender usuários do SUS e dos postos de saúde que se encontram localizados em seu entorno.

A cada término da aplicação das etapas de um Projeto é feita a avaliação, a fim de assegurar que as próximas etapas acontecerão com menor número de falhas. Vale ressaltar que a avaliação se faz por meio de questionários aplicados à comunidade atendida, logo após o atendimento recebido, e aos acadêmicos envolvidos na realização dos projetos.

Por outro lado, o Projeto 3 não atende às Diretrizes III, IV, VI e IX, pelo fato de a IES não receber ajuda financeira para realizar as atividades, contando com recursos próprios, sem parcerias nem convênios para atender usuários do SUS e dos postos de saúde.

O Projeto 4 atende às Diretrizes I, II, VII, VIII, IX, e possibilita a inserção de seus docentes e discentes em ações que transmitam conhecimentos e informações aprimorados em sala de aula. O Projeto proporciona o engajamento da Universidade com os problemas sociais da comunidade, e contribui, mesmo que superficialmente, com a minimização da miséria.

As ações realizadas com crianças de 10 a 14 anos envolvem: i) orientação pedagógica para as que estão hospitalizadas e, conseqüentemente, impedidas de frequentar a escola; ii) acompanhamento das vacinas em domicílio; iii) orientação

sobre alimentação; iv) consultas e encaminhamento de exames; e v) atividades lúdicas.

Em contrapartida, esse Projeto não atende às Diretrizes III, IV, V e VI, pelo fato de a IES não contar com apoio financeiro para realizar as atividades sociais, contando exclusivamente com recursos próprios. Esse Projeto não envolve parcerias, embora atenda crianças que são usuárias do SUS e dos postos de saúde de bairros localizados no entorno da IES.

4.4 Tratamento Estatístico

O tratamento estatístico é entendido como uma ferramenta que possibilita agrupar resultados levantados após a aplicação de um questionário, apresentando variáveis condicionantes ao objetivo da pesquisa.

Antes de apresentar as Tabelas 2 e 3, 5 e 6, que mostram a correlação das questões aplicadas, apresenta-se a Tabela 1, com o perfil dos docentes, e a Tabela 4, com o perfil dos discentes da IES objeto de estudo.

As Tabelas a seguir mostram a correlação das questões logo após a aplicação do questionário 2 aos docentes e discentes, referente ao conhecimento e satisfação dos pesquisados quanto aos projetos e ações de responsabilidade social desenvolvidos pela IES. Foram consideradas na correlação de Person as seguintes informações:

- 0,70 representam uma correlação FORTE.
- 0,30 a 0,70, correlação MODERADA.
- 0 a 0,30, correlação FRACA.

Utilizou-se a correlação linear das variáveis de caráter quantitativo, importante ferramenta que mede a relação das questões. É necessário trazer uma breve explicação sobre os itens encontrados nas Tabelas e que representam os resultados, portanto se entende que:

- IC - Refere-se ao índice ou intervalo de confiança (95% e 99%).
- N - Número de indivíduos ou participantes.
- R- Coeficiente de Pearson (correlação).
- t - Representa o teste estatístico.
- GL - Grau de liberdade (n-2).
- P - Probabilidades nos resultados.

4.4.1 Análise dos Dados Quantitativos: perspectiva dos docentes

No primeiro questionário apresentam-se perguntas relacionadas às informações que contemplam aspectos do perfil dos docentes, tais como: gênero, idade, formação, tempo de trabalho na IES e participação em projetos sociais.

Tabela 1 – Perfil dos docentes

Gênero		IDADE		Formação (%)		Tempo de Trabalho na IES (%)		Participa ou já participou de algum projeto/ação?	
Masculino	50%	de 20 a 30 anos	4%	Graduação	0%	Menos de 1 ano	4%	Sim	79%
Feminino	50%	de 31 a 40 anos	50%	Especialização	58%	Mais de 1 a 3 anos	4%	Não	21%
		de 41 a 50 anos	17%	Mestrado	38%	Mais de 3 a 4 anos	21%		
		acima de 50 anos	29%	Doutorado	4%	Mais de 4 a 5 anos	0%		
						Mais de 5 a 6 anos	8%		
						Mais de 6 anos	63%		

Na primeira coluna da Tabela 1 evidencia-se que quanto ao gênero a quantidade é equitativa, sendo 50% de docentes do gênero masculino e 50% do feminino.

A segunda coluna aponta que 50% dos docentes estão na faixa etária de 31 a 40 anos; 29% têm acima de 50 anos; 17% de 41 a 50 anos e, por fim, 4% de 20 a 30 anos.

Já a terceira coluna mostra que 58% dos docentes possuem somente título de especialização; 38% são mestres e 4% doutores. Vale mencionar que os mestres têm formação em áreas diversas, nem sempre na área de sua graduação.

Na quarta coluna observa-se que 63% dos docentes entrevistados já trabalham na Instituição há mais de seis anos; 21% têm de três a quatro anos de prestação de serviço na IES; 8% de cinco a seis anos, e com o mesmo percentual, de 4%, há docentes que estão na Instituição entre um e três anos.

Os dados indicam que a IES preza pela permanência e estabilidade de seu quadro de docentes.

A quinta e última coluna da Tabela 1 indica que 79% dos docentes entrevistados participam efetivamente dos projetos de responsabilidade social desenvolvidos pela Instituição. Somente 21% nunca participaram ou ainda não tiveram oportunidade de participar.

A partir dessas especificações elucidam-se que para a correlação das questões aplicadas aos docentes acerca do conhecimento e da satisfação existem as hipóteses.

Na Tabela 2, a hipótese evidencia que os docentes têm conhecimento sobre os projetos de cunho social desenvolvidos pela IES.

Tabela 2 – Correlação das questões aplicadas aos docentes acerca do conhecimento

	Questões 1 e 2	Questões 1 e 3	Questões 1 e 4	Questões 2 e 3	Questões 2 e 4	Questões 3 e 4
n (pares) =	24	24	24	24	24	24
r (Pearson) =	0,6546	0,1309	0,0159	0,307	0,2979	0,7797
IC 95% =	0.34 a 0.84	-0.29 a 0.51	-0.39 a 0.42	-0.11 a 0.63	-0.12 a 0.63	0.55 a 0.90
IC 99% =	0.22 a 0.87	-0.41 a 0.60	-0.50 a 0.52	-0.24 a 0.71	-0.25 a 0.70	0.45 a 0.92
R2 =	0,4285	0,0171	0,0003	0,0943	0,0887	0,608
t =	4,0617	0,6194	0,0746	1,5132	1,4635	5,8415
GL =	22	22	22	22	22	22
(p) =	0,0005	0,542	0,9412	0,1444	0,1574	< 0.0001
Poder 0.05 =	0,9741	0,1477	0,0484	0,4242	0,4062	0,9992
Poder 0.01 =	0,8968	0,0265	0,0656	0,1911	0,1786	0,9931

A análise do comportamento simultâneo entre as variáveis da Tabela 2, por meio do coeficiente de Pearson mostra que: Na primeira coluna a correlação linear entre as variáveis 1 e 2 é moderada. Isso quer dizer que a variável “existência de projetos sociais” tem uma influência significativa em relação a variável “conhecimento sobre investimentos”, ou seja, os docentes estão homogêneos com essas variáveis.

Na segunda coluna, a variável 1 “existência de projetos sociais” e a variável 3 “incentivo da instituição”, indicam uma correlação fraca, portanto, praticamente nada pode-se concluir sobre a relação entre as variáveis em estudo.

Também, na terceira coluna, a correlação entre as variáveis 1 “existência de projetos sociais” e 4 “desenvolvimento profissional”, apontam uma fraca correlação. Ou seja, nada pode-se concluir sobre as variáveis em estudo, ou pelo menos que uma não influencia na outra.

A quarta coluna aponta que nas variáveis 2 “conhecimento sobre investimentos” e 3 “incentivo da instituição”, há uma correlação moderada. Ou seja, os docentes possuem linearidades entre as respostas.

Na quinta coluna, as questões 2 “conhecimento sobre investimentos” e 4 “desenvolvimento profissional”, mostram uma correlação fraca, que indica pouca homogeneidade entre as respostas, logo pode-se dizer que uma variável pouco influencia a outra.

Já na coluna 6 as variáveis 3 “incentivo da instituição”, e 4 “desenvolvimento profissional”, indicam uma forte correlação, ou seja, as questões têm intensa interferência entre elas, pode-se concluir que os professores que recebem incentivos para participarem dos projetos sociais consideram de grande relevância sua participação.

Tabela 3 – Correlação das questões aplicadas aos docentes acerca da satisfação

	Questão 5 e 6	Questão 5 e 7	Questão 5 e 8	Questão 6 e 7	Questão 6 e 8	Questão 7 e 8
n (pares) =	24	24	24	24	24	24
r (Pearson) =	0,0987	0,2086	0,4955	0,1709	-0,2199	0,2045
IC 95% =	-0.32 a 0.48	-0.21 a 0.56	0.12 a 0.75	-0.25 a 0.54	-0.57 a 0.20	-0.22 a 0.56
IC 99% =	-0.43 a 0.58	-0.34 a 0.65	-0.02 a 0.80	-0.37 a 0.63	-0.66 a 0.33	-0.34 a 0.65
R2 =	0,0097	0,0435	0,2455	0,0292	0,0484	0,0418
t =	0,4653	1,0006	2,6758	0,8135	-1,0573	0,98
GL =	22	22	22	22	22	22
(p) =	0,6463	0,3278	0,0138	0,4246	0,3018	0,3377
Poder 0.05 =	0,1146	0,2498	0,8009	0,1961	0,2673	0,2435
Poder 0.01 =	0,0049	0,0833	0,5651	0,054	0,093	0,0798

Para a Tabela 3 a análise do comportamento simultâneo das variáveis, apresenta em sua primeira coluna uma correlação fraca das variáveis 5 “Legislação ambiental” e 6 “posicionamento ético”, o que praticamente nada pode-se concluir entre as variáveis em estudo.

As questões 5 “Legislação ambiental” e 7 “Imagem da IES” também têm uma correlação fraca, o que mostra baixa, ou nenhuma semelhança entre as respostas, indicando alto grau de heterogeneidade entre as variáveis, por isso nada pode-se concluir.

As questões 5 “Legislação ambiental” e 8 “divulgação interna e externa” apresentam uma correlação moderada. Aqui, há um considerável grau de homogeneidade e espera-se uma tendência entre as respostas. A Instituição,

provelmente, está trabalhando de acordo com a legislação de preservação do meio ambiente, divulgando superficialmente suas ações à comunidade interna e externa.

Nas questões 6 “posicionamento ético” e 7 “imagem da IES” a correlação se mostra novamente fraca, fica evidenciado uma grande divergência entre as respostas, pois para os pesquisados o posicionamento ético da Instituição não é claramente percebido pela comunidade.

As variáveis 6 “posicionamento ético” e 8 “divulgação interna e externa”, indicam uma correlação fraca no trato dos dados fornecidos pelos beneficiados dos projetos. Nessa análise verificou-se que na visão dos docentes o impacto dos projetos na comunidade é baixo.

Para concluir, as variáveis 7 “imagem da IES” e 8 “divulgação interna e externa” mostram uma correlação novamente fraca, porque na visão dos entrevistados a comunidade tem pouco conhecimento dos projetos da Instituição, o que influencia a divulgação tanto interna como externa.

4.4.2 Análise dos Dados Quantitativos: perspectiva dos discentes

O questionário um também foi aplicado aos discentes, com perguntas que contemplam aspectos do seu perfil, tais como: gênero, idade, curso, período e participação em projetos sociais, conforme demonstrado na Tabela 4.

Tabela 4 – Perfil dos discentes

Gênero		Idade		Curso		Período		Participa ou já participou de algum projeto/ação?	
Masculino	34 %	Menos de 20 anos	13%	Educação Física	7%	1º	0%	Sim	36%
Feminino	66 %	De 20 a 24 anos	50%	Nutrição	6%	2º	8%	Não	64%
		De 25 a 29 anos	16%	Administração	20%	3º	21%		
		De 30 e 34 anos	11%	Enfermagem	19%	4º	17%		
		De 35 e 39 anos	4%	Ciências Biológicas	6%	5º	22%		
		Acima de 40 anos	6%	Direito	32%	6º	16%		
				Serviço Social	10%	7º	0%		
						8º	6%		
						9º	10%		
						10º	0%		

A primeira coluna da Tabela 4 evidencia que a maioria, 66%, dos discentes respondentes dos sete cursos oferecido pela IES pertencem ao gênero feminino. Por outro lado, 34% dos entrevistados são homens. O número elevado de mulheres concentra-se principalmente na área de nutrição, serviço social e enfermagem, cujos cursos têm maior preferência pelas mulheres.

A segunda coluna aponta que 50% dos alunos que participaram da pesquisa pertencem à faixa etária de 20 a 24 anos; outros 16% de 25 a 29 anos; 13% de 35 a 39 anos; 11% de 30 a 34 anos; 6% acima de 40 anos e apenas 4% de 35 a 39 anos. De modo geral, destaca-se que a maioria dos alunos são jovens que recentemente concluíram o ensino médio e buscam um lugar no mercado de trabalho cada vez mais competitivo.

Observa-se, ainda, na terceira coluna, que 32% dos acadêmicos cursam Direito, outros 20% de Administração; 19% Enfermagem; 10% Serviço Social; 7% Educação Física e, por fim, Nutrição e Ciências Biológicas atingiram o mesmo percentual de 6%.

A quarta coluna mostra que em torno de 22% dos acadêmicos entrevistados cursam o quinto período; 21% o terceiro período; 17% o quarto; 16% o sexto; 10% o nono; 8% o segundo e apenas 6% o oitavo.

Ressalta-se que alunos iniciantes, presentes no primeiro período, não foram selecionados por ainda não participarem de projetos ou ações sociais. Nesse sentido, percebe-se que não há uma regra, assim, alunos de diferentes períodos podem se inscrever nas atividades de acordo com a sua disponibilidade.

Na quinta e última coluna da Tabela 4 verifica-se que 64% dos acadêmicos entrevistados admitiram não terem participado de projetos/ações sociais muitas vezes por falta de comunicação interna e pouco incentivo por parte da IES para atrair mais alunos. Responderam positivamente 36%, que consideraram ser relevante participar desse tipo de projeto para crescimento pessoal e profissional dentro e fora do contexto acadêmico.

Nas Tabelas 5 e 6, a seguir, destaca-se a correlação das questões aplicadas aos discentes em relação às variáveis conhecimento e satisfação. Na Tabela 5 a hipótese 1 ratifica a seriedade vista pelos discentes em participar das atividades de responsabilidades social.

Tabela 5 – Correlação das questões aplicadas aos discentes acerca do conhecimento

	Questões 1 e 2	Questões 1 e 3	Questões 1 e 4	Questões 2 e 3	Questões 2 e 4	Questões 3 e 4
n (pares) =	274	274	274	274	274	274
r (Pearson) =	0,7612	0,3015	0,4977	0,1978	0,3384	0,519
IC 95% =	0.71 a 0.81	0.19 a 0.41	0.40 a 0.58	0.08 a 0.31	0.23 a 0.44	0.43 a 0.60
IC 99% =	0.69 a 0.82	0.15 a 0.44	0.37 a 0.61	0.04 a 0.34	0.19 a 0.47	0.40 a 0.62
R2 =	0,5794	0,0909	0,2477	0,0391	0,1145	0,2693
t =	19,3553	5,2145	9,4637	3,3285	5,9308	10,013
GL =	272	272	272	272	272	272
(p) =	< 0.0001	< 0.0001	< 0.0001	0,0011	< 0.0001	< 0.0001
Poder 0.05 =	1	0,9997	1	0,9511	1	1
Poder 0.01 =	1	0,9974	1	0,835	0,9997	1

A primeira coluna da Tabela 5 apresenta que as variáveis 1 e 2, se correlacionam fortemente. Os acadêmicos conhecem os projetos desenvolvidos pela Instituição e percebem os investimentos da própria IES para a sua execução.

Já na segunda coluna, as questões 1 e 3 indicam uma correlação moderada. Os discentes mostram-se conhecedores dos projetos, entretando gera uma leve dispersão em relação as respostas referentes ao investimento que a IES faz para a execução das atividades.

Na terceira coluna, as variáveis 1 e 4 mostram ainda uma correlação moderada, ou seja, há uma leve dispersão entre as variáveis, o que permite concluir que os discentes conhecem os projetos, mas pouco participam, o que influencia a não percepção do seu crescimento profissional e acadêmico.

As variáveis 2 e 3, da quarta coluna, indicam uma correlação visivelmente fraca. Nada pode-se concluir entre as variáveis em análise, ou pelo menos dizer que possuem um alto grau de dispersão entre as respostas.

As questões 2 e 4 da quinta coluna apontam uma correlação moderada entre as duas variáveis. Aponta uma relação mediana entre conhecer os investimentos e de fato serem incentivados a participar.

As variáveis 3 e 4, da sexta coluna, indicam uma correlação moderada. Os incentivos oferecidos aos acadêmicos pela Instituição são notados pelos discentes que executam os projetos, o que possibilita aos acadêmicos perceberem a importância dessas atividades para seu crescimento profissional.

Tabela 6 – Correlação das questões aplicadas aos discentes quanto à satisfação

	Questão 5 e 6	Questão 5 e 7	Questão 5 e 8	Questão 6 e 7	Questão 6 e 8	Questão 7 e 8
n (pares) =	274	274	274	274	274	274
r (Pearson) =	0,6827	0,199	0,2383	0,2727	0,2973	0,3516
IC 95% =	0.61 a 0.74	0.08 a 0.31	0.12 a 0.35	0.16 a 0.38	0.19 a 0.40	0.24 a 0.45
IC 99% =	0.59 a 0.76	0.04 a 0.34	0.09 a 0.38	0.12 a 0.41	0.15 a 0.43	0.21 a 0.48
R2 =	0,4661	0,0396	0,0568	0,0744	0,0884	0,1236
t =	15,4093	3,3487	4,0469	4,6751	5,1351	6,1942
GL =	272	272	272	272	272	272
(p) =	< 0.0001	0,0011	< 0.0001	< 0.0001	< 0.0001	< 0.0001
Poder 0.05 =	1	0,953	0,9907	0,9985	0,9997	1
Poder 0.01 =	1	0,8399	0,9529	0,9887	0,9967	0,9999

As variáveis 5 e 6, da primeira coluna, apontam uma correlação moderada na visão dos discentes. A questão 5 influencia diretamente a questão 6: os discentes percebem a preocupação da IES com o meio ambiente, contrariando questões éticas no cumprimento de suas ações sociais.

Já as variáveis 5 e 7, da segunda coluna, indicam uma correlação fraca. As variáveis mostram um alto grau de dispersão, que permitem dizer que as variáveis não possuem homogeneidade. Constata-se que essas atividades não resultam em melhorias, significativa, na imagem da Instituição.

No que tange à terceira coluna, as variáveis 5 e 8 apresentam uma correlação fraca. Ou seja, grande divergência entre as respostas. Provavelmente, os discentes não percebem que a Instituição faz a divulgação interna e externa de forma clara, o que significa que os projetos voltados ao meio ambiente não são notados.

A quarta coluna apresenta, nas questões 6 e 7, uma correlação também fraca, as variáveis não se correlacionam, possivelmente, porque o acadêmico não consegue visualizar o posicionamento ético da IES, portanto, a Instituição não apresenta uma boa divulgação interna e externa.

Na quinta coluna as questões 6 e 8 indicam uma correlação moderada. Nesse caso, existe pouca divergência entre as respostas, o que leva a crer que o posicionamento ético na realização dos projetos de responsabilidade social pouco influencia na imagem do IES diante da comunidade.

Na sétima e última coluna da Tabela 6, as variáveis 7 e 8 mostram ainda uma correlação moderada. Ou seja, as respostas estão conexas, mostrando que os discentes percebem que a Instituição possui uma boa imagem diante da comunidade.

A análise dos dados quantitativos, representados pela correlação das variáveis conhecimento e satisfação de docentes e discentes verificados na aplicação de questionário relacionado à execução dos projetos de responsabilidade social da IESMA/UNISULMA, aponta que é importante apreciar a comparação entre as respostas dos docentes e dos discentes para verificar a presteza desses projetos.

Verifica-se que as respostas dos pesquisados, docentes e discentes, apresentam divergências positivas e negativas. O Quadro 6, a seguir, demonstra as similaridades e diferenças encontradas nas respostas.

A partir da análise das respostas dadas por discentes e professores ao questionário aplicado verifica-se, no Quadro 6, que a comparação das respostas referentes à variável conhecimento evidencia que não existe similaridade. Isso indica que a IES não transmite com exatidão as atividades de cunho social, havendo, então, opiniões divergentes no que tange ao conhecimento e também incentivo e importância aos eventos de responsabilidade social.

Observa-se ainda, no Quadro 5, pela variável satisfação, que o comparativo das respostas de docentes e discentes mostra em alguns assuntos tanto similaridade quanto diferença de opiniões.

Isso pode ser observado na correlação das questões cinco e sete e seis e sete, que apresentaram similaridade nas respostas: os dois grupos pesquisados não evidenciam a preservação do meio ambiente proposta pela IES em seus projetos sociais.

Não há destaque quanto ao posicionamento ético da Instituição, o que prejudica diretamente a sua imagem perante a comunidade. A divulgação interna e externa de seus eventos também deixa a desejar.

Constata-se, nas questões cinco e seis, sete e oito, seis e oito, sete e oito, que as respostas dos docentes e discentes divergem, mostrando que a IES não apresenta sincronismo na elaboração e execução de seus projetos sociais.

CORRELAÇÃO ENTRE AS QUESTÕES: comparativo					
VARIÁVEL CONHECIMENTO		DOCENTE	DISCENTE	SIMILAR	DIFERENTE
<p>1- Em relação aos projetos sociais desenvolvidos pela UNISULMA, qual é o seu grau de conhecimento?</p> <p>2- Qual o seu conhecimento sobre o investimento feito pela Instituição em recursos materiais, humanos e financeiros para realização das atividades de responsabilidade social?</p> <p>3- Como você avalia o incentivo da Instituição à participação dos acadêmicos em atividade de responsabilidade social?</p> <p>4- Como você avalia a participação em projetos sociais considerando o desenvolvimento profissional dos professores e acadêmicos?</p>	Questões 1 e 2	Moderada	Forte		X
	Questões 1 e 3	Fraca	Moderada		X
	Questões 1 e 4	Fraca	Moderada		X
	Questões 2 e 3	Moderada	Fraca		X
	Questões 2 e 4	Fraca	Moderada		X
	Questões 3 e 4	Forte	Moderada		X
VARIÁVEL SATISFAÇÃO		DOCENTE	DISCENTE	SIMILAR	DIFERENTE
<p>5- Como você avalia o respeito da Instituição no que se refere à legislação ambiental por ocasião da realização dos projetos sociais?</p> <p>6- Como você avalia o posicionamento ético da UNISULMA em relação aos beneficiados com os projetos de cunho social, inclusive no trato dos dados fornecidos por eles?</p> <p>7- Marque o conceito que melhor corresponde à imagem da IESMA/UNISULMA na comunidade.</p> <p>8- Como você avalia a divulgação interna e externa acerca da realização dos projetos de responsabilidade social pela IES?</p>	Questões 5 e 6	Fraca	Moderada		X
	Questões 5 e 7	Fraca	Fraca	X	
	Questões 5 e 8	Moderada	Fraca		X
	Questões 6 e 7	Fraca	Fraca	X	
	Questões 6 e 8	Fraca	Moderada		X
	Questões 7 e 8	Fraca	Moderada		X

Quadro 6 - Comparativo de Respostas: similaridades e diferenças – Docentes e Discentes

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta da pesquisa de verificar como o Instituto de Ensino Superior do Sul do Maranhão (IESMA/UNISULMA) promove suas ações e projetos de responsabilidade social frente às diretrizes do Plano Nacional de Extensão Universitária (PNEExt 2011-2020) e seus indicativos de RS, foi atendida com os objetivos, fundamentação teórica e levantamento documental, instrumentos indispensáveis para a pesquisa em questão, além das opiniões colhidas dos pesquisados, que foram fundamentais para responder a essa problemática.

Essas considerações ocorreram mediante o levantamento de projetos de atividades de responsabilidade social executados pelos diversos cursos oferecidos pelo Instituto de Ensino Superior IESMA/UNISULMA. Com o objetivo de melhor estudar as atividades de RS foram selecionados apenas quatro dos projetos permanentes, entre os fixos e os inseridos no calendário acadêmico da IES em estudo.

A análise dos documentos disponibilizados pelo Instituto, como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Regimento Interno e o Manual de Orientação das Ações de Extensão Universitária, aponta quão importante é o compromisso da Instituição, dos seus docentes e discentes, o que vem fortalecer a teoria aplicada em sala com a prática de atividades de responsabilidade social, garantindo o compromisso harmônico do ensino, pesquisa e extensão nos projetos acadêmicos.

Apenas realizar atividades de cunho social não significa benefícios à comunidade externa nem à interna, que devem compartilhar desde o início do projeto, permitindo a visualização de resultados positivos.

Em seu Manual de Orientação das Ações de Extensão Universitária, a IES diz existir uma troca de saberes que envolve sujeitos do campo acadêmico e sujeitos da comunidade, a fim de promover ações pontuais que beneficiem acadêmicos e a sociedade.

Ao estudar a missão da IESMA/UNISULMA, que é “formar profissionais e cidadãos comprometidos com a ética, a justiça social, o desenvolvimento econômico e científico-tecnológico da Região Tocantina e do país”, entende-se que já faz parte do seu método de trabalho ser ético e comprometido com o desenvolvimento, algo ainda pouco visualizado pelos envolvidos.

Diante da interpretação dos resultados concluídos, a partir dos questionários aplicados aos acadêmicos e docentes, nota-se o IESMA/UNISULMA tem consciência desse importante papel na construção e execução de projetos e atividades de responsabilidade social, efetivamente, integrando à pesquisa e à extensão, sendo aquela adotada como princípio educativo que se traduza no esforço de refletir criticamente sobre a realidade visível.

Com isso, compreende-se que a Instituição promove ações sociais que beneficiam a comunidade interna e a externa, porém existem falhas, como: i) má divulgação dos projetos de responsabilidade social; e ii) os projetos não abrangem a totalidade de docentes e discentes e indiretamente gera uma imagem negativa? da IES na comunidade interna e externa.

Acredita-se que a IES, a partir das análises levantadas, possa aprimorar a elaboração, execução e divulgação de suas atividades sociais, seguindo como base as diretrizes do Plano Nacional de Extensão, e não somente envolver acadêmicos e docentes na construção e execução de projetos de responsabilidade social.

É preciso oferecer valores éticos aos atores envolvidos nas atividades de cunho social praticadas em cada ação e cuidados com a preservação do meio ambiente, dentre outros cuidados que não devem ser esquecidos.

Assim, os indicadores de responsabilidade social apresentados de acordo com as diretrizes do Plano Nacional de Extensão se sobressaem, como o atendimento à comunidade, práticas que atendam às necessidades emergentes da comunidade interna e externa da IES; promoção de atividades recreativas; atividades de cuidados com o meio ambiente e outras apontadas no decorrer deste estudo.

Sugere-se que este trabalho possa dar abertura a futuras pesquisas que busquem questionar e analisar o ensino, pesquisa e extensão referentes à responsabilidade social, tendo como orientação as diretrizes do Plano Nacional de Extensão, e que as atividades realizadas na IES ocasionem, com suas ações, resultados que direta ou indiretamente contribuam para desenvolvimento regional local e de suas cercanias.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. *et al* (Org.) **Razões e ficções do desenvolvimento**. São Paulo: Unesp, 2001.

ALYRIO, R. D. **Metodologia científica**. Rio de Janeiro: PPGEN: UFRRJ, 2008.

ANDES-SN. **Proposta do ANDES-SN para a universidade brasileira**. Cadernos ANDES n.º 2. 3. ed. atualizada e revisada. Brasília: ANDES-SN, 2003.

APPLE M. W; BEANE J. A. **O argumento por escolas democráticas**. São Paulo. Cortez, 2001.

ASHLEY, P. A. **Ética e responsabilidade social nos negócios**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

_____. **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo, Saraiva, 2002.

BARON, D. P. **Business and its environment** Upper Saddle River, N.J.: Prentice Hall, 2000.

BARROS, R. P; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. **Pelo fim das décadas perdidas: educação e desenvolvimento sustentado no Brasil**. Texto para Discussão Nº 857, Rio de Janeiro: IPEA, 2002.

BITTENCOURT, E.; CARRIERI, A. **Responsabilidade social: ideologia, poder e discurso na lógica empresarial**. *In*: Revista de Administração, São Paulo, v. 45, p. 10-22, 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: D.O. 5 de outubro de 1988. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/legis/default.shtm>>. Acesso em: 20 out. 2014.

_____. **Plano Nacional de Educação (PNE)**: Lei 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2014.

_____. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**: estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 20 jan. 2014.

_____. **Ministério da Educação**: Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12303:sistema-nacional-de-avaliacao-da-educacao-superior-sinaes>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

BUARQUE, C. **A aventura da universidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

CERTO, S. C.; PETER, J. P. **Administração estratégica: planejamento e implantação da estratégia.** São Paulo: Makron Books, 1993.

CHAUÍ, M. A. **Universidade pública sob nova perspectiva.** *In:* Revista Brasileira da Educação. São Paulo, n. 24, p.15, dez, 2003.

CHAVES, M. A. **Projeto de pesquisa: guia prático para monografia.** 4. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2007.

CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE O ENSINO SUPERIOR; UNESCO; CONSELHO DE REITORES UNIVERSIDADES BRASILEIRAS. **Tendências da educação superior para o século XXI.** 2 ed. Brasília: UNESCO: CRUC, 1999.

COOPER, D.; SCHINDLER, P. **Métodos de pesquisa em administração.** 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

CORRÊA, F. T. B. S.; MEDEIROS, J. R. C. **Responsabilidade social corporativa para quem?** *In:* INSTITUTO ETHOS: Prêmio Ethos Valor. Vários autores. Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades. v. 2. São Paulo: Fundação Petrópolis, 2003.

COSTA, T. M. Z. A. **Organização e responsabilidade social.** 2002. Disponível em: <<http://www.pauloangelim.com.br/artigos3-4.html>>. Acesso em: 13 mar. 2014.

COUTINHO, L. **A terceira revolução industrial e tecnológica: as grandes tendências de mudança.** *In:* Revista Economia e Sociedade. Campinas, n. 2, p. 69-87, ago, 1993.

D'AMBRÓSIO, D.; MELLO, P. C. **A responsabilidade que dá retorno social.** Gazeta Mercantil, 10.11.1998, p. c-8.

DAGNINO, R.; BRANDÃO, F.C.; NOVAES, H. T. **Sobre o marco analítico conceitual da tecnologia social.** *In:* LASSANCE Jr. *et al.* Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro, Fundação Banco do Brasil, 2009.

DIAS, M. A. R. (Coord.). **Perspectivas de la educación superior en el siglo XXI: lecciones de la conferencia mundial sobre educación superior.** Madrid: CRUE, 2002.

DINIZ, C. C.; GONÇALVES, E. **Economia do conhecimento e desenvolvimento regional no Brasil.** *In:* LEMOS M. B.; DINIZ, C. C. (Orgs). Economia e Território. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

DRUCKER, F. P. **Introdução à administração.** São Paulo: Pioneira, 2002.

FARIAS, E. **Formação e desenvolvimento profissional sob a ótica de novas competências.** Disponível em: <http://www.revistas.net/rhevisao/7/2_4.shtml>. Acesso em: 02 fev. 2003.

FÁVERO, M. L. A. **Universidade e poder: análise crítica/fundamentos históricos de 1930-45.** Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.

FLEURY, M. T. L.; OLIVEIRA Jr., M. M. **Gestão estratégica do conhecimento: integrando aprendizagem, conhecimento e competências.** São Paulo: Atlas, 2001.

FRANCESCO, A. M.; GOLD, B. A. **International Organizational Behaviour.** New Jersey: Prentice Hall, 1998.

FRANKLIN, A. **Apontamentos e fontes para a história econômica de Imperatriz.** Imperatriz/MA: Ética, 2008.

_____. **Breve história de Imperatriz.** Imperatriz/MA: Ética, 2005.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Apostila. Fortaleza: UEC, 2002.

GOMES, A; MORETTI, S. **A responsabilidade e o social: uma discussão sobre o papel das empresas.** São Paulo: Saraiva 2007.

GRAJEW, O. **Por um mundo mais seguro: a crise mundial coloca em evidência a responsabilidade das empresas na busca e na construção de uma sociedade mais justa.** GUIA EXAME DE BOA CIDADANIA CORPORATIVA, São Paulo, v. 35, n. 24, p. 20-21, nov. 2001.

GLOBAL UNIVERSITY NETWORK FOR INNOVATION. **Missão e Objetivos.** Disponível em: <http://www.guninetwork.org/mission-and-objectives>. Acesso em: 20 jul. 2016.

GLOBAL UNIVERSITY NETWORK FOR INNOVATION. Educação superior em um tempo de transformação: novas dinâmicas para a responsabilidade social. Síntese da Educação Superior GUNI nos relatórios Mundiais. GUNI Series on the social commitment of Universities. Porto Alegre: EdPUCRS, 2013. In: MOROSINI, M. C. Qualidade da Educação Superior e Contextos Emergentes. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 19, n. 2, p. 385-405, jul. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aval/v19n2/a07v19n2.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2016.

INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL. **Tecnologia social: O que isso envolve?** 2013. Disponível em: <<http://www.itsbrasil.org.br>>. Acesso em: 15 ago. 2014.

INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL. Caderno Serie Conhecimento e Cidadania 1. 2007. Disponível em: http://itsbrasil.org.br/sites/itsbrasil.w20.com.br/files/Digite_o_texto/Caderno_Serie_Conhecimento_e_Cidadania_-_Tecnologia_social_-_1.pdf. Acesso em: 20 jul. 2016.

INSTITUTO ETHOS. **Indicadores Ethos de responsabilidade social empresarial.** Disponível em: <http://www.uniethos.org.br/docs/conceitos_praticas/indicadores/autodiagnosticosetorial/>. Acesso em: 26 mar. 2013.

_____. **Reflexão: diálogo sobre a ética.** São Paulo, v.3, n. 6, fev. 2002.

_____. **Indicadores Ethos de responsabilidade social empresarial 2005.** São Paulo: Instituto Ethos, 2005.

JULIATTO, C. I. **Universidade e solidariedade social**: pegadas na areia global. *In*: ULLMANN, R. A. Sei em quem confiei: Festschrift em homenagem a Norberto Francisco Rauch. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. 3. reimpr. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MACHADO F., C. P. **Responsabilidade social e governança**: o debate e as implicações. São Paulo: PioneiraThompson Learning, 2006.

MAIA, P. L. **Introdução à ética e responsabilidade social**: administração e ciências contábeis. São Paulo. Livraria e Editora Universitária de Direito, 2007.

MARTINS, C. B. **O Ensino Superior Brasileiro nos anos 90**. São Paulo Perspec. vol.14, n.1 São Paulo, jan./mar. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000100006>. Acesso em: 25 mar. 2013.

MAXIMIANO, A. C. A. **Teoria geral da administração**: da revolução urbana à revolução digital. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MEGGINSON, L. C. *et al.* **Administração**: conceitos e aplicações. São Paulo: Harbra, 1998.

MELO NETO, F. P. de; FROES, C. **Responsabilidade social das empresas**: a contribuição das universidades. 5. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2006.

_____. **Gestão da responsabilidade social corporativa**: o caso brasileiro (da filantropia tradicional à filantropia de alto rendimento e ao empreendedorismo social). Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

MENDES, E. G. **Construindo um lócus de pesquisas sobre inclusão escolar**. *In*: MENDES, E.G; ALMEIDA, M. A; WILLIAMS, L. C. Temas em educação especial: avanços recentes. São Carlos: EdUFSCAR, 2004.

MOROSINI, L.; ARAUJO, E. **Um paralelo entre filantropia e compromisso social**. Boletim da Pesquisa Ação Social das Empresas, Brasília, maio/2002.

MOROSINI, M. C. **Qualidade na educação superior**: tendências do século XXI. São Paulo: Érica, 2008.

NOGUEIRA, M. D. P. **Políticas de extensão universitária brasileira**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

NOVAES, H.; DIAS, R. Contribuições ao Marco Analítico Conceitual da TS. *In*: DAGNINO, R. (Org.). **Tecnologia Social**: ferramenta para construir outra sociedade. Campinas, São Paulo: IG/UNICAMP, 2009. (p. 17-53)

OGIEN, R. **Responsabilidade**: podemos fugir às nossas responsabilidades? Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

OLIVEIRA, D. A. **Educação básica**: gestão do trabalho e da pobreza. Petrópolis: Vozes, 2008.

OLIVEIRA, J. F. **Uma reflexão da tecnologia de informação no Brasil**. São Paulo: Érica, 1999.

PAIVA, C. A.; TARTARUGA, I. **Sabedoria e ilusões da análise regional**. v. 12, n. 3, 2007. Disponível em: <<http://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/viewFile/426/269>>. Acesso em: 25 mar. 2014.

PERUZZO, C. M. K.; SILVA, R. B. **Retrato do ensino em comunicação no Brasil**. São Paulo: INTERCON/UNITAU, 2013.

PIMENTA, S. G.; ANASTASIOU, L. G. C. **Docência no ensino superior**. v. 1. São Paulo: Cortez, 2002.

PNUD. **Gestão dos recursos naturais**: projeto PNUDBra/94/016, abr. 1999. Brasília: PNUD, 1999. Disponível em: <http://www.uescba.com.br/cursos/pos_grad/mest/gestao.htm>. Acesso em: 20 out. 2013.

PONTES, J. **Proposta para avaliação do impacto das ações praticadas por uma empresa e sua relação com os indicadores de desempenho**. 2007. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/90771/249586.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

REDE DE TECNOLOGIA SOCIAL (RTS). **Documento constitutivo – propósito**. 2008. Disponível em: <<http://www.rts.org.br/a-rts/proposito>>. Acesso em: 20 ago. 2014.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SEVERINO, A. J. **Pesquisa a serviço do ensino**. *In*: Palestra. VII Fórum Nacional de Professores de Ciências Contábeis. 26/08/2008. Disponível em: <<https://www.google.com.br/#q=%E2%80%9CPesquisa+a+servi%C3%A7o+do+ensino%E2%80%9D>>. Acesso em: 07 abr. 2014.

_____. **Pesquisa, pós-graduação e universidade**. *In*: Revista da Faculdade Salesiana, Lorena, v. 24, n. 34, p. 60-68, 1996.

SILVA, E. W. **O papel da extensão no cumprimento da função social da universidade**. *In*: FRANTZ, Walter; SILVA, Enio Waldir da. O papel da extensão e a

questão das comunitárias. Ijuí: Unijuí, 2002.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2000.

SOARES, M. S. A. (Coord.). **A educação superior no Brasil**. Instituto Internacional para Educação Superior na América Latina e no Caribe – IESALC – UNESCO – Caracas. Porto Alegre, 2002. Disponível em: <<http://biblioteca.planejamento.gov.br/biblioteca-tematica-1/textos/educacao-cultura/texto-6-2013-a-educacao-superior-no-brasil.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2014.

TACHIZAWA, T.; ANDRADE, R. O. B. **Gestão de instituições de ensino**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

TENÓRIO, F. G. **Responsabilidade social empresarial: teoria e prática**. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

TINOCO, J. E. P. **Balço social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações**. São Paulo: Atlas, 2001.

THUROW, L. C. **A construção da riqueza: as novas regras para os indivíduos, empresas e nações numa economia baseada no conhecimento**. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

TRIGUEIROS, A. (Coord.) **Meio Ambiente no Século 21**. 4. ed. Campinas: Armazém do Ipê (Autores Associados), 2005.

UNIDADE DE ENSINO SUPERIOR DO SUL DO MARANHÃO. **Plano de desenvolvimento institucional**. Imperatriz – MA: UNISULMA, 2010.

VALLAEYS, F. **Que significa responsabilidade social universitária?** Estudos. Ano 24. n. 36. Junho, 2006.

VASCONCELOS, M. C. R. L.; FERREIRA, M. A. T. A. **Contribuição da cooperação universidade/empresa para o conhecimento tecnológico da indústria**. Belo Horizonte: Perspect. Cienc. Inf., 2000.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

ZARPELON, M. I. **Gestão e responsabilidade social: NBR 16001/ SA 8000 - implantação e prática**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2006.

APÊNDICE A – Questionário, Perfil dos Acadêmicos**QUESTIONÁRIO INICIAL – DADOS DOS ACADÊMICOS****GÊNERO:**

MASCULINO FEMININO

IDADE:

MENOS DE 20 ANOS DE 20 a 24 ANOS DE 25 a 29 ANOS
 DE 30 a 34 ANOS DE 35 a 39 ANOS Acima de 40 anos

CURSO:

Educação física. Nutrição Ciências Biológicas
 Administração Enfermagem Serviço Social
 Direito

PERÍODO:

1º período 2º período 3º período
 4º período 5º período 6º período
 7º período 8º período 9º período
 10º período

PARTICIPA OU JÁ PARTICIPOU DE ALGUM PROJETO/AÇÃO COM FOCO NA RESPONSABILIDADE SOCIAL DA IES (PROJETOS DE EXTENSÃO, EVENTOS COM ATENDIMENTO À COMUNIDADE, ETC)

SIM

NÃO

APÊNDICE B – Questionário, Perfil dos Docentes**QUESTIONÁRIO INICIAL – DADOS DOS DOCENTES****GÊNERO:**

MASCULINO FEMININO

IDADE:

20 A 30 ANOS DE 31 a 40 ANOS DE 41 a 50 ANOS
 Acima de 50 anos

FORMAÇÃO:

GRADUAÇÃO ESPECIALIZAÇÃO MESTRADO DOUTORADO

TEMPO DE TRABALHO NA IES:

MENOS DE 1 ANO DE 1 A 3 ANOS
 DE 3 A 4 ANOS DE 4 A 5 ANOS
 DE 5 A 6 ANOS MAIS DE 6 ANOS

PARTICIPA OU JÁ PARTICIPOU NO DESENVOLVIMENTO DE ALGUM PROJETO/AÇÃO COM FOCO NA RESPONSABILIDADE SOCIAL DA IES (PROJETOS DE EXTENSÃO, EVENTOS COM ATENDIMENTO À COMUNIDADE, ETC)

SIM

NÃO

APÊNDICE C – Questionário, Perfil dos Docentes e Acadêmicos

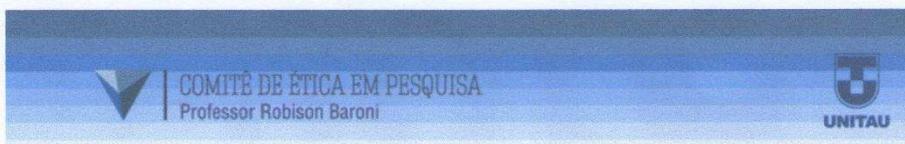
QUESTIONÁRIO APLICADO AOS DOCENTES E ACADÊMICOS

O questionário abaixo é composto de oito perguntas fechadas acerca do conhecimento e satisfação que gestores, docentes e acadêmicos possuem sobre os projetos de **Responsabilidade Social** realizados pela IES (IESMA/UNISULMA) em estudo.

Instruções: as afirmativas abaixo apresentam questões avaliativas acerca da Responsabilidade Social (Projetos de extensão, eventos com atendimento direcionados à comunidade, etc) desenvolvidos exercida pela IES. Assinale as variáveis abaixo de acordo com sua avaliação.

		AFIRMATIVAS				
		1	2	3	4	5
1	Sobre a existência de projetos sociais desenvolvidos pela UNISULMA, qual é o seu grau de conhecimento?					
2	Qual o seu conhecimento sobre o investimento feito pela Instituição em recursos materiais, humanos e financeiros para realização das atividades de responsabilidade social?					
3	Como você avalia o incentivo da Instituição, a participação dos acadêmicos em atividade de responsabilidade social?					
4	Como você avalia a participação em projetos sociais considerando o desenvolvimento profissional dos professores e acadêmicos?					
5	Como você avalia o respeito da Instituição no que se refere à legislação ambiental por ocasião da realização dos projetos sociais?					
6	Como você avalia o posicionamento ético da UNISULMA em relação aos beneficiados com os projetos de cunho social, inclusive no trato dos dados fornecidos por eles?					
7	Marque o conceito que melhor corresponde à imagem da IESMA/UNISULMA na comunidade.					
8	Como você avalia a divulgação interna e externa acerca da realização dos projetos de Responsabilidade Social pela IES?					

ANEXO I – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Sr. (a) está sendo convidado (a) a participar da pesquisa **“EDUCAÇÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL: um estudo aplicado no Instituto de Ensino Superior do Sul do Maranhão - IESMA/ UNISULMA.”**. Nesta pesquisa pretendemos **“OBJETIVO”**. **Para esta pesquisa adotaremos os seguintes procedimentos;** “Aplicação de Questionário”, “não possui riscos aos participantes, os benefícios são certificar-se de que os projetos de Responsabilidades Social são realizados e os impactos que são gerados a instituição e comunidade acadêmica”, não possui ressarcimento”. Para participar deste estudo o Sr (a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Terá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para recusar-se a participar. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pelo pesquisador, que tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo.

Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. O (A) Sr (a) não será identificado em nenhuma publicação que possa resultar. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos, e após esse tempo serão destruídos. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida ao senhor.

NOME DO PESQUISADOR Luciana da Luz Rodrigues *Luciana da Luz Rodrigues*
TELEFONE (99) 8116.4198 (Inclusive ligações a cobrar)
E-MAIL – profalucianalr@gmail.com

Eu, _____, portador do documento de Identidade _____ fui informado (a) dos objetivos da pesquisa **“EDUCAÇÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL: um estudo aplicado no Instituto de Ensino Superior do Sul do Maranhão - IESMA/ UNISULMA”**, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

Declaro que concordo em participar. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

11 de dezembro de imperatriz de 2013.

 Assinatura do(a) Participante

ANEXO II – Texto Integrante do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)

Um dos grandes desafios deste momento histórico diz respeito à convivência entre diferentes, o que só é possível por meio do diálogo, do respeito, do conhecimento e do reconhecimento do outro. Partindo dessa premissa, o IESMA compromete-se com uma política institucional de inclusão, respeito à diversidade e prática da solidariedade, na medida em que estabelece as seguintes metas relativas à extensão:

1. Fortalecer a política de extensão da IES com foco na responsabilidade social, por meio da implantação de projetos com ênfase na atenção a públicos prioritários, tais como criança e idoso, atendendo demandas da sociedade local na área de serviços e fortalecendo a articulação teoria-prática e a experiência cidadã da comunidade acadêmica;
2. Priorizar projetos de extensão, preferencialmente vinculados às disciplinas dos cursos de graduação, voltados para o atendimento das necessidades sociais emergentes, relacionadas com as áreas de inclusão social, educação e cidadania, saúde coletiva e meio ambiente, com foco no desenvolvimento sustentável, fortalecendo assim o ensino;
3. Manter e aperfeiçoar a promoção de atividades culturais e esportivas que contemplem a formação estética e o bem-estar do aluno na perspectiva da cidadania;
4. Ampliar a divulgação da produção científica proveniente dos eventos institucionais em nível de extensão que apresente resultados sociais relevantes, preferencialmente em revista científica da IES;
5. Instituir revista eletrônica que priorize as produções e relatos das experiências oriundas dos projetos de extensão e ensino;
6. Promover, pelo menos uma vez ao ano, um evento preferencialmente interdisciplinar relacionado às temáticas de inclusão e/ou diversidade, na Instituição.

ANEXO III – Termo de Autorização da Instituição



INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DO SUL DO MARANHÃO - IESMA/UNISULMA
DIRETORIA ACADÊMICA.
SECRETARIA ACADÊMICA.



DECLARAÇÃO

A Direção Acadêmica do Instituto de Ensino Superior do Sul do Maranhão – IESMA declara para os devidos fins que se fizerem necessários que a senhora **LUCIANA DA LUZ RODRIGUES, RG 36743095-9 SSP-MA, CPF 86624458372, mestranda em Gestão e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Taubaté – UNITAU**, foi autorizada a fazer pesquisa sobre o tema: Educação e Responsabilidade Social, um estudo aplicado o Instituto de Ensino Superior do Sul do Maranhão no período de novembro de 2013 a fevereiro de 2014.

Termos em que firmo a presente.



Unisulma-IESMA
Raquel de Moraes Azevedo
Diretora Acadêmica

Imperatriz, 03 de fevereiro de 2014

Unidade de Ensino Superior do Sul do Maranhão - UNISULMA
Instituto de Ensino Superior do sul do Maranhão - IESMA

Rua São Pedro, 11, Jd. Cristo Rei - CEP. 65.907-070 - Imperatriz-MA - Fone/Fax: (99) 2101-0202
site:www.unisulma.edu.br e-mail: unisulma@unisulma.edu.br C.N.P.J.: 04.564.299/0001-68